

Acção **Socialista**

Nº 1246 - 15 Junho 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



LISBOA COM PROJECTO

Apresentado o projecto para a mudança política em Lisboa.
Manuel Maria Carrilho protagoniza uma candidatura de valores para vencer a estagnação em que a cidade caiu.
Um desígnio, um método e uma excelência de equipas.



DESTAQUE

Notas sobre as medidas do Executivo para a consolidação das finanças públicas e o crescimento económico 5

ACTUALIDADE

Governo propõe extinção de subsídios e da subvenção mensal vitalícia de titulares de cargos políticos 14

ENTREVISTA

António Galamba tem uma ambição para as Caldas 9



AUTÁRQUICAS 2005

Veja a nossa agenda



ESTABILIDADE COM CRESCIMENTO

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) apresentado pelo governo português à União Europeia tem subjacente uma estratégia de desenvolvimento económico e de consolidação das finanças públicas para o período 2005-2009. Temos, deste modo, não só medidas destinadas a enfrentar a grave situação orçamental, mas também instrumentos viabilizadores de um crescimento económico sustentado. E o certo é que a experiência dos últimos anos obriga a que não nos limitemos a meras intervenções pontuais – que, já sabemos, não têm efeitos na consolidação de médio prazo da situação económica e financeira.

É verdade que há o contexto internacional e o fraco comportamento da economia nacional, por isso mesmo temos de mudar de método – a fim de que a inovação, a criatividade e a confiança se traduzam em maior competitividade e maior produtividade. Não podemos acomodar-nos à mediocridade. E é fundamental um consenso nacional em torno dos objectivos ligados a um Estado Social consolidado, garante dos compromissos de protecção de todos segundo os princípios da igualdade e da diferença. Precisamos, por isso, de todos para este esforço e para este projecto. É tempo, afinal, de assumir uma atitude construtiva e criadora.

E temos de perguntar: o que é um *contrato de legislatura*? É tempo de entender os compromissos eleitorais a partir de uma consideração séria e serena dos objectivos políticos fundamentais, atentas as circunstâncias. Um contrato de legislatura é para o período de uma legislatura. E temos de deixar claro que para este período, que termina em 2009, há três objectivos que terão de ser concretizados: (a) Crescimento económico – de modo a que haja uma trajectória de convergência com as economias europeias e a que aumente o produto potencial da economia portuguesa; (b) Criação de emprego – a partir da economia real, dos agentes económicos, do desenvolvimento da confiança dos consumidores e produtores, da inovação e da criatividade; (c) Consolidação das finanças públicas – reconhecendo a necessidade de, até 2009, o país conseguir alcançar um crescimento do PIB de 3 por cento, reduzir fortemente o défice dos actuais 6,8 por cento para um valor abaixo dos 3 por cento e baixar a dívida pública dos actuais 67 por cento para 64,5 por cento...

E se falo de objectivos considerando o contrato de legislatura, tenho também de referir as circunstâncias. Deparamo-nos com uma alteração grave de circunstâncias. O valor do desequilíbrio orçamental é superior àquilo que todos os técnicos consideravam antes de 20 de Fevereiro, sobretudo porque não existia completa informação sobre o Serviço Nacional de Saúde e sobre as Pensões. E, como hoje sabemos, o anterior ministro das Finanças sabia mais do que disse e do que constava dos documentos oficiais. No entanto, esse episódio não merece mais comentários, é bem

demonstrativo de uma atitude do tipo “salve-se quem puder”... Temos, ao invés, de trabalhar num sentido positivo. Num sentido de criar consensos duráveis que permitam à economia portuguesa ultrapassar o Rubicão. E o nosso Rubicão é o da salvaguarda do interesse nacional, o do lançamento das bases da criação e da inovação. De modo realista, temos de dizer que a actual mexida nos impostos é um mal menor. Mas agora impõe-se inserir estas alterações numa estratégia coerente de eficiência, de simplificação e de justiça. Não podemos esquecer que a continuação da trajectória de desequilíbrio orçamental geraria um efeito recessivo intolerável, muito maior do que todos os efeitos tributários somados. No entanto, só faz sentido falar de exigência fiscal, se houver (como está previsto) um combate sem tréguas à fraude e à evasão fiscais. Temos de apostar numa maior eficiência e numa maior equidade tributárias.

Com um sistema fiscal mais simples, mais acessível e mais justo – mais amigo do contribuinte – poderemos assegurar que haja maior produtividade e melhor competitividade. Mas se a eficiência nas receitas é crucial (e é bom que nos lembremos das boas lições do prof. Sousa Franco), se a justiça fiscal é essencial, o certo é que temos de pôr os olhos nas despesas, em especial na despesa corrente primária, agindo adequadamente, no sentido de reformar, de conter e de consolidar a zona dos encargos. E aqui não poderemos confundir obsessões e obcecações. Infelizmente, temos tido sobretudo obcecações, isto é, a cegueira dos cortes. E ao falar das despesas, temos de redobrar, desde já, a disciplina da despesa corrente primária, não apenas no combate necessário ao desperdício, mas também na escolha dos investimentos verdadeiramente reprodutivos. E neste ponto impõe-se acrescentar a sustentabilidade do sistema de Segurança Social e a convergência progressiva (e aproximação) em relação ao regime geral, revendo ou eliminando os regimes de excepção.

A sustentabilidade do Estado Social constitui o pano de fundo essencial deste Programa de Estabilidade, mas também de Crescimento – apresentado para fazer face a uma situação muito grave. Contra a lógica do Estado mínimo, eis que se procura garantir que as gerações futuras vejam plenamente assegurada a adequada cobertura de riscos sociais. Por isso mesmo, a receita proveniente do aumento do IVA irá reverter a favor da sustentabilidade e da capitalização do Estado Social, e nunca a favor da despesa imediata, eis um bom caminho... A responsabilidade e o sentido patriótico exigem, no fundo, respostas oportunas e adequadas. E neste caso os sacrifícios imediatos – quantas vezes insistimos em campanha eleitoral no rigor, no esforço e na disciplina!... – têm de ser com o objectivo claríssimo de não pôr sobre os ombros das gerações futuras encargos que temos de solucionar hoje.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

AQUELE ABRAÇO

ANTOONIO COLAÇO

– Oh meus amigos, não havia necessidade! Parem lá com esses abraços! Eu (e os portugueses) é que me vou ver a braços para pôr as contas na ordem.



NOTAS SOBRE AS MEDIDAS DO EXECUTIVO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS E O CRESCIMENTO ECONÓMICO

- **O défice orçamental é superior ao que se pensava.** O Governo anterior estimou um défice para 2005, incluindo as receitas extraordinárias, de 2,9%; excluindo estas receitas seria de 4,2%.
- O Banco de Portugal, em Janeiro passado, considerava um valor de 5,1% e era esse o valor de referência antes das eleições.
- A Comissão Constâncio apurou um défice real para 2005 de 6,83%;
- **O PS não acreditava nas previsões do Governo para o Orçamento de Estado de 2005,** contudo nunca pensou, até pelas estimativas do Banco Central, que fosse atingido um valor tão elevado. Assim, não poderia no seu Programa Eleitoral prever a necessidade de algumas das medidas agora preconizadas.

Razões justificativas do aumento do défice de 2,9% para 6,83% (resultante do acréscimo de 5500 milhões de euros na despesa estimada)

RUBRICAS	VALORES (Milhões de euros)
Receitas extraordinárias (que se verificou serem impossíveis de realizar)	2000
Serviço N. de Saúde (verba não prevista)	1500
Actualização de pensões (verba não prevista)	228
Aumento de vencimentos (verba não prevista)	360
Cativações em excesso e não contabilizadas	614
I. de Estradas de Portugal (indevidamente, este Instituto não constava do Orçamento)	458
Seg. Social (verba não prevista)	600
Diversos (orçamentação em excesso)	- 260
TOTAL	5500 (Valor aprox.)

O elevado défice orçamental é a prova do fracasso político últimos três anos. Um fracasso que os portugueses pagaram com desemprego, com sacrifícios e com duas recessões económicas, cujos efeitos ainda hoje sentimos.

- A situação das finanças públicas do país é extremamente grave. **Faltam mais de 5,5 mil milhões de euros para alcançar o défice previsto pelo anterior Governo:**
- Quando o Governo PSD/PP tomou posse, o défice para 2001, calculado por uma comissão também presidida pelo Governador do Banco de Portugal, **foi estimado em 3,5% ou 4,1% do PIB, conforme a metodologia utilizada.**
- **A situação agora encontrada é muito pior, atingindo a projecção efectuada para o défice orçamental para este ano um valor record na Zona Euro.** Caso não fossem tomadas medidas rigorosas, a credibilidade da economia seria gravemente afectada, com o aumento do risco do País, que seria transmitido aos mercados pelas notações do "rating" da República dado pelas agências internacionais especializadas.
- **A baixa das notações de "rating" da República" teria efeitos imediatos no aumento das taxas de juro,** com as necessárias implicações no serviço da dívida pública (originando um agravamento do défice) e na situação das famílias e das empresas que têm níveis de endividamento bastante elevados.
- É necessário um programa credível para a consolidação das finanças públicas que tranquilize a Comissão Europeia e os mercados. A credibilidade do programa passa pela realização de acções de execução imediata, **a fim de permitir que ainda este ano o défice passe para 6,2% do PIB e em 2006 para 4,8%.**
- O País não pode esperar. Algumas medidas de redução da despesa têm efeitos imediatos, como a suspensão das progressões automáticas e das actualizações de suplementos remuneratórios na função pública, mas também nas limitações dos vencimentos dos gestores públicos, por exemplo.
- **O aumento do IVA (IVA social) será "afecto" à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, para garantir a sustentabilidade das políticas sociais.**

A redução das despesas, a fim de conseguir a consolidação das contas públicas, é essencial para salvar o modelo social do Estado como decorre do Programa do Governo. Temos de acabar com o ciclo de escalada crónica do défice orçamental, a que os Governos têm respondido com sucessivos aumentos de impostos, sempre insuficientes para suportar todas as despesas do Estado. O Governo vai agir sobre a estrutura da despesa, por via da reestruturação da Administração, da garantia de sustentabilidade e justiça nas prestações sociais e através de medidas sectoriais de racionalização da despesa, nas diversas áreas.

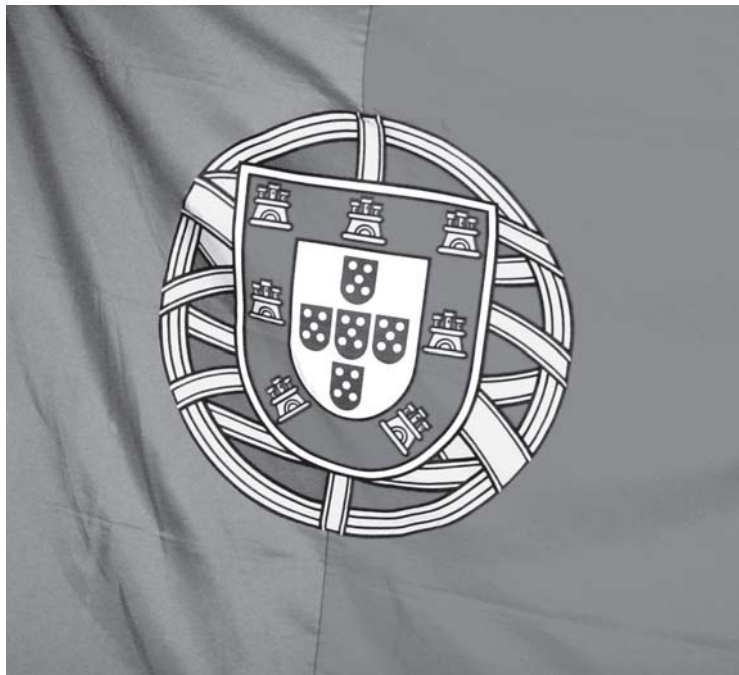
Por razões de justiça e de equidade, não serão apenas os funcionários públicos e os trabalhadores por conta de outrem a pagar a "crise". Por que não?

1. Porque temos um novo escalão no IRS para os rendimentos mais elevados-42%.
2. Porque o Governo vai reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal, não só pela intensificação do cruzamento de dados entre o Fisco e a Segurança Social, como pela limitação do sigilo fiscal, medida que não se dirige aos trabalhadores por conta de outrem.
3. Porque o Governo vai introduzir novos limites à utilização de benefícios fiscais pelas empresas, em sede de IRC.
4. Porque vamos eliminar a possibilidade, introduzida pelo OE de 2005, de reduzir por despacho do Ministro das Finanças a percentagem do lucro tributável das instituições financeiras que exercem a sua actividade no "off-shore" da Madeira.

5. Porque o Governo decidiu limitar o estatuto remuneratório e as regalias dos administradores de empresas de capitais maioritariamente públicos.
6. Porque vamos acabar com as subvenções vitalícias dos políticos.

A estratégia do Governo difere substancialmente da estratégia do Governo anterior, porque:

1. Assumimos a verdade e transparência das contas públicas, recusando a via de receitas extraordinárias para mascarar o défice. Também não recorreremos a operações de engenharia contabilística.
2. Não faremos o "discurso da tanga", nem revelaremos uma obsessão pelo défice. Teremos uma política de confiança e crescimento. O nosso Programa de Estabilidade será também um Programa de Crescimento.
3. Apresentaremos um Programa para três anos, em vez de acções de curto prazo que não tiveram efeitos estruturais.
4. Não faremos cortes cegos na despesa. Vamos encetar imediatamente um programa de reestruturação, efectuando auditorias, Ministério a Ministério, num processo orientado para a melhoria da eficiência, da eficácia dos serviços e da contenção da despesa.
5. Não iremos proceder ao congelamento dos vencimentos dos funcionários públicos.
6. Assumiremos como objectivo essencial o crescimento económico e o aumento do emprego.
7. Justiça e equidade. Os sacrifícios deverão ser repartidos, devendo acabar injustiças e regalias inaceitáveis que não permitem a sustentabilidade do nosso modelo social.



**Medidas para conseguir o aumento do crescimento económico e do emprego
O PEC do Governo é de estabilidade, mas também é de crescimento:**

1. Assegurando a manutenção da comparticipação nacional no investimento público co-financiado, o que numa fase de descida da comparticipação dos fundos comunitários, nos obriga a um aumento do esforço do OE em 15 pontos percentuais nesta legislatura.
2. Até 30 de Junho será apresentado um Plano de Acção para as Infraestruturas, em regime de Parcerias Público-Privadas.
3. Será implementada uma "via rápida" para os Projectos de Potencial Interesse Nacional, projectos de investimento privado, de elevado montante e com importantes efeitos induzidos na economia.
4. Reafirmação do Plano Tecnológico, com o objectivo de reforçar a competitividade das empresas e da economia.

Nota complementar sobre as SCUT

Não vamos introduzir portagens nas SCUT, fundamentalmente por três razões:

1. A manutenção das SCUT é feita por uma opção política de desenvolvimento regional e em atenção à ausência de alternativas rodoviárias, conforme consta do Programa do Governo.
2. Não foi o Governo que decidiu retirar as portagens das SCUT, porque ao fim de três anos e apesar de forte argumentação contrária, elas nunca foram lá colocadas...
3. Não foi por acaso que os dois Governos anteriores não colocaram as portagens: eles não tinham solução técnica definida; não tinham feito negociações com os concessionários; não tinham efectuado um estudo financeiro credível sobre os custos de colocação das portagens e sobre eventuais expropriações necessárias. Nas vésperas das últimas eleições legislativas, tinham até prometido que as populações locais não pagariam portagens, nunca tendo avaliado o respectivo impacte financeiro.

COELHO ACONSELHA LÍDER DO PSD A ARRUMAR IDEIAS

Se a saúde das finanças públicas em Portugal está no estado em que está para isso muito terá contribuído a má gestão e a irresponsabilidade política e económica do anterior Governo do PSD/CDS-PP.

Foi com este tema como pano de fundo que Jorge Coelho, coordenador da Comissão Permanente e primeiro responsável autárquico do PS, desenvolveu a sua intervenção durante a apresentação dos 14 candidatos do partido às eleições de Outubro para o distrito de Évora.

Para aquele responsável socialista de pouco valem as lágrimas de crocodilo que o líder do PSD anda agora a derramar pelo país em defesa dos funcionários e da administração pública. Na opinião de Jorge Coelho, foram as políticas do anterior governo liderado pelo PSD as causas próximas pelo estado em que se encontram hoje funcionários e administração pública.

Coelho aconselhou Marques Mendes a não cair "na tentação fácil" do discurso populista, e que pelo facto de agora estar na oposição, não deve por isso recorrer a argumentos demagógicos e falaciosos, afirmando tudo e o seu contrário do que foi a prática política quotidiana de três anos e meio com o seu partido à frente dos destinos de Portugal.

Neste sentido, aconselhou Marques Mendes a "estar calado durante uns tempos", podendo deste modo beneficiar de uma eventual indulgência por parte dos portugueses que certamente não se irão esquecer tão cedo do caos financeiro em que o seu partido deixou as finanças públicas nacionais. perante o actual quadro em que se encontram as contas do Estado, Jorge Coelho reconheceu que para as recolocar no bom caminho "há que pedir sacrifícios aos portugueses", lembrando que nenhum partido nem nenhum governo recorre a medidas que vão exigir um constrangimento elevado, nomeadamente ao nível da própria qualidade de vida das populações, por gosto ou por mau feito.

Portugal e as suas finanças públicas atravessam um dos piores momentos da

sua História recente, nada que na perspectiva de Jorge Coelho não possa e deva ser ultrapassado com o trabalho e a prática de boas políticas económicas e financeiras que o actual Governo está a empreender.

Sector financeiro não pode ficar à parte

Perante os muitos militantes e simpatizantes socialistas que enchiam por completo a sala neste encontro de Évora, Jorge Coelho foi peremptório ao afirmar que todos os sectores da vida nacional devem ser chamados a contribuir com a sua quota parte para a resolução do problema das finanças públicas.

Depois de manifestar a sua adesão às medidas políticas, económicas e sociais que o actual Governo está a levar a efeito, defendeu que "é chegada a hora de o sector financeiro dar igualmente o seu contributo para o controlo do défice nacional", aceitando nomeadamente como referiu, "a revisão de alguns dos seus benefícios fiscais", dando deste modo um sinal de que também está disposto a ajudar no restabelecimento, o mais rápido possível, do equilíbrio das contas públicas.

Se a todos nos é pedido um sacrifício no sentido de colaborarmos na resolução dos problemas económicos do país, recordou, "então faz todo o sentido que o sector financeiro, quer seja a banca, quer sejam os seguros, não fiquem de fora desta verdadeira batalha que Portugal está a empreender" pela sua modernização e progresso económico.

Para Jorge Coelho, estes importantes sectores da nossa economia nada têm a temer uma vez que manifestam uma saúde financeira assinalável, como o prova aliás o relatório referente ao primeiro trimestre deste ano. De facto, acrescentou o dirigente socialista, e depois de analisar este relatório, constata-se que os cinco maiores grupos financeiros em Portugal estão este ano melhor do que em igual período do ano passado, facto que vem provar, se necessário, que o sector financeiro "está



em condições ideais de também poder contribuir para o equilíbrio das contas públicas e deste modo ajudar a que os problemas económicos portugueses possam ser resolvidos de forma mais rápida e sustentada".

Esta reunião, realizada no passado dia 5 de Junho em Évora, serviu para a apresentação dos 14 candidatos do Partido Socialista pelo distrito, tendo sido na ocasião afirmado que o PS vai recandidatar todos os seis presidentes

de câmara que actualmente dispõe no distrito. João Nabais, no Alandroal; Ângelo Sá, em Borba; José Ernesto Oliveira, em Évora; José Manuel Santinha Lopes, em Mourão; Norberto Patinho, em Portel e Vítor Martelo, em Reguengos de Monsaraz.

Em relação aos restantes nomes, o PS apresentará como candidatos Carlos Rebelo, em Vendas Novas; José Verdasca, no Redondo; Rogério Pinto, em Montemor-o-Novo; Miguel Patacão

Rodrigues, em Vila Viçosa; José Fateixa, em Estremoz; António Ramalhinho, em Arraiolos; Carlos Duarte, em Mora e Rui Gusmão, em Viana do Alentejo. Para Carlos Zorrinho, presidente da Federação de Évora, "chegou o tempo de o Partido Socialista tornar-se o maior partido autárquico do Alentejo", razão pela qual, foi referido, os candidatos socialistas foram apresentados como ganhadores e gente com provas dadas ao serviço da região.

FAUL

EDUCAÇÃO EM DEBATE

O Secretariado da Secção de Educação da FAUL vai promover um conjunto de iniciativas centradas na discussão de temáticas relacionadas com o ensino.

No primeiro debate, a ter lugar no próximo dia 27, pelas 21 horas, no auditório do edifício novo da Assembleia da República, Mariano Gago e Pedro Lourtie falarão sobre "O Ensino Superior e a Declaração de Bolonha". Já a 7 de Julho, no mesmo horário, mas nas instalações da FAUL, abordar-se-á a temática "Política Educativa: medidas para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário", numa discussão em que participará Valter Lemos.

Para início do próximo ano lectivo prevê-se ainda a realização de um seminário subordinado ao tema "Educação e Autarquias".

LUTO NACIONAL PELA MORTE DE ÁLVARO CUNHAL

O Governo decidiu decretar luto nacional na passada quarta-feira, pela morte do líder histórico do PCP, Álvaro Cunhal, decisão tomada após ter sido ouvido o Presidente da República.

Em comunicado emitido pelo gabinete do primeiro-ministro, refere-se que "Álvaro Cunhal é uma das grandes figuras políticas portuguesas do século XX, cuja história marcou pela tenacidade e coragem com que defendeu e lutou pelos seus ideais e pelas suas profundas

convicções políticas".

"Álvaro Cunhal foi também um homem de cultura e de notável sensibilidade artística", acrescenta o primeiro-ministro.

O líder parlamentar do PS, Alberto Martins, considerou que Álvaro Cunhal foi uma figura marcante do século XX em Portugal e uma referência da cultura nacional e da resistência à ditadura no país.

Já Mário Soares, fundador do PS e ex-presidente da República, lembrou Álvaro

Cunhal como um homem de «grande verticalidade, um militante abnegado do Partido Comunista e um grande resistente contra o fascismo que tem de ser admirado».

Mas o passado fim-de-semana ficou também marcado pelas mortes do antigo primeiro-ministro Vasco Gonçalves e do poeta Eugénio de Andrade, figuras marcantes da vida política e cultural, pelos quais o PS também prestou as mais sentidas condolências.

SÓCRATES EM SETÚBAL

“DESTA VEZ NÃO VÃO SER SEMPRE OS MESMOS A PAGAR”

Todos os portugueses vão ser chamados a pagar a crise e não apenas “sempre os mesmos”. A promessa foi reiterada no passado dia 4, em Setúbal, pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que anunciou ainda ser intenção do Governo tornar obrigatória a emissão de facturas, no âmbito do combate à evasão fiscal. “Desta vez não vão ser sempre os mesmos a pagar a crise, desta vez isto vai ser para todos. Nós vamos propor que as subvenções vitalícias dos titulares de cargos políticos e o regime de cálculo de pensões acabe de uma vez por todas porque não tem a mínima justificação para existir e isso é válido para muitos políticos”, disse. Mas, assegurou, “serão respeitados todos os direitos adquiridos, porque é assim a nossa regra constitucional”. José Sócrates, que falava durante uma reunião destinada a explicar as medidas de combate ao défice aprovadas pelo



Governo a cerca de 400 militantes socialistas de Setúbal, lembrou que a promessa eleitoral de não aumentar os impostos foi feita na convicção de que o défice orçamental em 2005 seria de cerca de 5 por cento, mas que a Comissão Independente liderada pelo governador do Banco de Portugal chegou à conclusão de que deveria ser de 6,83 por cento. Perante esta realidade, o primeiro-ministro considerou que o Governo não tinha outra alternativa senão implementar medidas de austeridade “que visam reduzir o défice orçamental previsto para 2005 e evitar que ocorram problemas idênticos nos próximos anos”. O líder socialista fez ainda questão de salientar que “o PS não se queixa do passado”, mas quer que “os portugueses possam comparar, no final, a situação de partida com a situação de chegada”.

PEDRO SILVA PEREIRA NA FAUL

VERDADE E TRANSPARÊNCIA

O dirigente do PS Pedro Silva Pereira considerou “fundamental” que o esforço de consolidação orçamental em Portugal seja feito em três anos e não em dois, como prevê o Pacto de Estabilidade e Crescimento, “para evitar que o processo de ajustamento seja feito à bruta”.

Pedro Silva Pereira falava num plenário de militantes da FAUL, que inaugurou o ciclo de encontros entre os principais ministros do Governo do PS com as bases do partido, que tem como objectivo explicar as medidas de combate ao défice lançadas pelo Executivo.

Na sua intervenção, o ministro da Presidência lembrou que o Governo português ainda se encontra a negociar com a União Europeia o prazo para a consolidação das finanças públicas, após a previsível abertura de um processo por défice excessivo contra Portugal por parte de Bruxelas.

“Para que a União Europeia aceite o processo de consolidação orçamental até 2008, o nosso Programa de Estabilidade e Crescimento (2005/2009) tem de ser credível em Bruxelas”, afirmou.

Pedro Silva Pereira aproveitou também para fazer uma clara linha de demarcação entre as políticas do actual Governo em relação ao anterior Executivo da direita. “A nossa estratégia apresenta grandes diferenças, porque não faremos tudo no mesmo ano, mas em três, e porque queremos verdade e transparência orçamental e, por isso, não recorreremos a receitas extraordinárias para baixar o défice”, disse.

Perante as largas dezenas de militantes socialistas presentes no encontro, o



secretário nacional do PS reafirmou que o Governo “não fará o discurso da tanga, mas, pelo contrário, apostará numa atitude de confiança na economia portuguesa”.

“Os cortes que estamos a fazer não são cegos e não viraremos as costas à economia”, sublinhou, adiantando que, até ao final da legislatura, “haverá um crescimento de 15 por cento no investimento público não participado

por fundos comunitários”. Pedro Silva Pereira anunciou ainda que, durante este mês, o Governo anunciará um plano de investimentos em infra-estruturas e modernização, em parceria com o sector privado, no montante global de 20 mil milhões de euros, adiantando que se encontra quase pronta a regulamentação de um diploma sobre investimentos considerados de interesse relevante para a economia portuguesa.

CORREIA DE CAMPOS EM SANTARÉM

MEDIDAS DO GOVERNO IMPLICAM “REPARTIÇÃO DE SACRIFÍCIOS”



As medidas “difíceis e corajosas” que o Governo está a tomar servem para travar uma situação que, a manter-se, penalizaria as classes média e média baixa, com um agravamento imediato das taxas de juro pelo incumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento

(PEC), sublinhou no dia 3 o ministro da Saúde, Correia de Campos, perante mais de uma centena de militantes da Federação de Santarém.

Nesta reunião, inserida num ciclo de plenários de militantes que decorrem em vários pontos do país, com a presença de dirigentes socialistas, Correia de Campos afirmou que o Governo está a adoptar um conjunto de medidas que implicam “repartição de sacrifícios” e que o Estado Social precisa de “correções”.

Segundo o ministro, há grupos que se foram instalando e hoje têm benefícios que foram sendo consentidos devido a alguma “inércia” e que “começam a ser profundamente injustos” em relação à maioria da população activa.

No entanto, assegurou que essas situações “não vão ser resolvidas de forma bruta”, dando como exemplo a alteração gradual, num prazo de dez anos, da idade da reforma dos 60 para os 65 anos na Função Pública.

Consciente de que as medidas anunciadas podem provocar forte contestação social, Correia de Campos advertiu que se houver um “destempero social muito grande” alguma indústria, como a do sector automóvel, que se instalou em Portugal, vai para outros países.

Perante uma plateia de militantes que lhe foram colocando questões pertinentes sobre o conteúdo e impacto de algumas medidas do Governo, nomeadamente na área da saúde, Correia de Campos garantiu ainda que o fim da comparticipação a 100 por cento nos medicamentos para doentes crónicos não será cega e garantiu que serão criados mecanismos para compensar aqueles que não possam suportar os cinco por cento.

Quanto às auto-estradas sem custos para o utilizador (SCUTS), o dirigente socialista explicou que qualquer alteração nos contratos com as concessionárias traria custos, não havendo “estudos credíveis” sobre os valores que poderiam ser recuperados. E reafirmou que a sua criação teve por base a decisão política de levar o desenvolvimento ao interior.

VILA REAL

UMA LISTA PARA VENCER



O Partido Socialista vai apresentar como cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Real Artur Real Vaz, destacada figura da região transmontana e ex-governador civil.

Na sessão de apresentação da candidatura, que teve lugar no passado dia 10 de Junho, estiveram presentes, para além do presidente do PS Almeida Santos, os dirigentes socialistas e ministros Pedro Silva Pereira e Augusto Santos Silva.

A Câmara Municipal de Vila Real é dirigida desde o 25 de Abril de 1974 pelo PSD, facto que constitui um desafio suplementar para o candidato do PS. Na última consulta para as autarquias o PSD venceu o escrutínio em Vila Real com 56,9 por cento, seguido do PS com 31,8 por cento, do CDS-PP com 4,4 por cento e da CDU com 3,2 por cento.

A lista socialista à Assembleia Municipal é liderada por Ricardo Magalhães, actualmente assessor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN) e ex-secretário de Estado do Executivo chefiado por António Guterres.

Os restantes nomes do PS pelo distrito terão a sua apresentação pública reservada para mais tarde, numa festa que terá lugar em Vila Pouca de Aguiar no dia 10 de Julho.

Entretanto, os cinco presidentes de câmaras lideradas actualmente pelo PS no distrito e eleitos em 2001 serão de novo candidatos às respectivas autarquias, como é o caso de Fernando Rodrigues, em Montalegre; Vítor Almeida, no Peso da Régua, Francisco Ribeiro, em Santa Maria de Penaguão, João Teixeira, em Murça e Artur Cascarejo, em Alijó.

Quanto aos demais candidatos, teremos Carlos Miranda que se apresentará ao eleitorado em Mesão Frio, Rodrigo Pizarro que surgirá à frente das lista do PS para a Câmara Municipal de Sabrosa, Feliciano Andrade em Vila Pouca de Aguiar e Altamiro Claro que se candidatará à presidência do município de Chaves. Ema Gonçalo surge em Valpaços e João Noronha de Carvalho que irá liderar a lista socialista à Câmara Municipal de Ribeira de Pena.

FARO

APOLINÁRIO APOIA DEMOLIÇÃO DE CASAS ILEGAIS LESIVAS PARA O AMBIENTE

Em defesa do ambiente e rejeitando uma postura populista, o candidato do PS à Câmara Municipal de Faro, José Apolinário, mostrou-se favorável à decisão do Governo de proceder à demolição de casas ilegais nas ilhas-barreira da Ria Formosa, defendendo no entanto a salvaguarda das de primeira habitação.

As eventuais demolições na orla costeira algarvia foram admitidas no dia 5 pelo ministro do Ambiente, na sequência da aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) entre Vilamoura e Vila Real de S. António em Conselho de Ministros extraordinário, em Sagres.

Ao todo, são mais de mil as casas ilegais que deverão ser demolidas na Praia de Faro e Ilhas do Farol, Culatra, Armona, Fusetta e Hangares, bem como na costa de Quarteira.

Em conferência de Imprensa, realizada no dia 6, José Apolinário defendeu que "tem que haver requalificação e ordenamento nas ilhas-barreira" e por isso as casas que estejam "em situação lesiva para o ambiente devem ser retiradas".

O deputado socialista sublinhou ainda que deve ser dada especial atenção às casas de primeira habitação, pelo que o processo de demolição deverá ser precedido da identificação de todos os núcleos.

José Apolinário demarcou-se da posição de dois presidentes de câmara algarvios, que se manifestaram contrários ao processo de demolição. "Dizer que 'nem uma casa vai abaixo' é uma visão retrógrada e populista", afirmou, acrescentando que as "novas gerações exigem maior atenção ambiental".

Lembrando que as casas ilegais foram sendo construídas ao longo de trinta



anos com o "fechar de olhos" da Administração Central, o candidato do PS à autarquia de Faro defendeu que neste contexto a intervenção deve ser "ponderada", para evitar injustiças sociais.

Câmara viola princípio da neutralidade

Entretanto, José Apolinário acusou, no dia 8, o Executivo camarário liderado por José Vitorino (PSD) de violar o princípio da neutralidade, ao apoiar a realização de uma festa partidária promovida pela JSD.

Em carta aberta dirigida ao presidente da Câmara, José Apolinário afirma que o PS não deixará de denunciar o "uso dos meios da Câmara para a campanha eleitoral, violando os seus deveres de

neutralidade".

Em causa está o facto de nos cartazes que anunciam uma "Orange Party" (Festa Laranja), antecedida por uma tertúlia promovida pela JSD, figurar o logotipo da Câmara.

Na sua missiva, José Apolinário aponta mais dois exemplos recentes do que considera ser a utilização de bens ou dinheiros públicos para a campanha eleitoral de José Vitorino.

Por um lado, refere o facto do "site" da Câmara já ter sido utilizado para divulgar comunicados de vereadores do PSD contra o Governo e o PS, sem "direito de resposta".

Por outro, menciona a distribuição de panfletos, pelos serviços camarários, anunciando a presença de José Vitorino em presidências abertas de campanha eleitoral.

PS ACUSA CÂMARA DO PORTO DE DESPESISMO

Os socialistas do Porto querem saber do Governo porque razão está o Metro do Porto a financiar as obras de remodelação da Av. da Boavista.

A notícia foi dada pelo próprio responsável da empresa, Oliveira Marques, que numa sessão na Assembleia Municipal, na madrugada do passado dia 13 de Junho, revelou que é a empresa de que é responsável que está a pagar as obras de remodelação daquela importante avenida da cidade, e isto, adiantou, porque a Av. Da Boavista está enquadrada na linha de metropolitano. Reconheceu contudo que, caso o Governo não aprove o financiamento para a linha do metro prevista para aquela zona da cidade, "cabera à autarquia portuense ressarcir a empresa do Metro".



Para os socialistas, que desde já consideram um escândalo que o "dinheiro dos contribuintes possa estar a ser utilizado fora das regras de qualquer controle", dizem ainda lamentar que o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, não tenha dito à população que as obras que decorrem nesta via tenham a ver com a preparação do terreno para a realização do Grande Prémio de Automóveis Antigos, obras que estão orçadas em perto de seis milhões de euros.

Nesse sentido os socialistas do Porto lamentam que o autarca do Porto e administrador de uma empresa pública não tenha demonstrado qualquer problema em servir-se do lugar que ocupa para utilizar em projectos pouco sustentados o dinheiro dos contribuintes.

COIMBRA

VÍTOR BAPTISTA PROMETE APOIAR A CRIAÇÃO DE 5000 NOVOS EMPREGOS

A criação de 5000 novos postos de trabalho é uma das grandes apostas do candidato socialista à Câmara Municipal de Coimbra, Vítor Baptista, que para o efeito promete dar apoio financeiro aos empresários que invistam no concelho. “É uma aposta e um desafio e sobretudo representa uma nova atitude para os que desejam investir em Coimbra”, afirmou Vítor Baptista, que tenciona atribuir um “estímulo financeiro” de 4000 euros por cada novo emprego criado.

Falando no dia 4 na apresentação da sua candidatura perante cerca de 2000 pessoas, num jantar com a participação do presidente do PS, Almeida Santos (*ver caixa*), o candidato socialista sublinhou tratar-se de “uma proposta realista”, compatível com o orçamento camarário, representando 20 milhões de euros em quatro anos.

Este incentivo à criação de emprego no concelho de Coimbra insere-se no âmbito da nova geração de políticas autárquicas que os candidatos socialistas às câmaras se propõem levar a cabo.

A aposta na indústria, o apoio à construção do pólo tecnológico e a elaboração, no primeiro ano de mandato, do plano estratégico de desenvolvimento de Coimbra são outras propostas de Vítor Baptista, que é actualmente deputado à Assembleia da República.

O candidato do PS pretende construir um parque de estacionamento sob as escadas monumentais, que dão acesso à Universidade e à Alta, com capacidade para 1500 viaturas, e não uma infraestrutura similar subterrânea na Praça da República, local onde quer antes erguer um monumento de homenagem ao estudante de Coimbra.

A requalificação da margem esquerda e

a transferência do estádio universitário, situado nesta zona da cidade, para o pólo II, são outras propostas do deputado, que promete também medidas para combater o desemprego e a especulação imobiliária.

Na sua intervenção, Vítor Baptista fez um balanço muito crítico do mandato do autarca laranja Carlos Encarnação à frente da Câmara.

“Nestes últimos três anos e meio, Coimbra voltou a andar para trás. Não há ideias. Não há novos projectos. Não há uma estratégia para desenvolver e afirmar Coimbra”, afirmou.

Segundo o presidente da Federação do PS de Coimbra, “as obras da iniciativa desta Câmara não existem, as que foram concluídas e as que estão em curso vinham do mandato anterior, liderado por Manuel Machado”.

Vítor Baptista atribuiu, com ironia, a



Carlos Encarnação “uma outra grande obra”: o aumento da dívida da autarquia em 557,8 por cento.

“Passou de 9,3 milhões de euros em 21 de Dezembro de 2001 para 60,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004”, disse.

ALMEIDA SANTOS ENALTECE CORAGEM DO GOVERNO

A perda de votos pelo PS, em consequência das medidas de austeridade do Governo, foi admitida por Almeida Santos, que não deixou, no entanto, de enaltecer esta postura do Executivo na véspera de um acto eleitoral.

“Porque provavelmente o Governo vai perder votos com estas medidas é que elas enobrecem o Governo e merecem o meu aplauso. Nunca ninguém, na véspera de um acto eleitoral, tomou medidas de austeridade”, salientou o presidente do partido no dia 4 na sessão de apresentação da candidatura do socialista



Vítor Baptista à presidência da Câmara de Coimbra.

Almeida Santos sublinhou ainda que estas “medidas impopulares, mas absolutamente necessárias, tanto causticam quem está em baixo como quem está no topo”.

E lembrou que “é uma espécie de fado socialista, irmos para o Governo tapar buracos que outros abriram, resolver problemas que outros arranjaram. A história repete-se, mas a vara está mais torta do que nunca. Quem nos dera a ‘langa’ de 2001 - nessa altura, estávamos muito mais bem vestidos do que neste momento”.

O candidato reiterou que a actual gestão camarária está a violar as regras orçamentais e que Carlos Encarnação “não devia ser candidato porque não cumpre as leis da República”.

Durante o jantar, que decorreu no pavilhão de exposições da Associação Comercial e Industrial (ACIC), foi lida uma mensagem do antigo reitor da Universidade de Coimbra Rui de Alarcão, manifestando o seu “inequívoco apoio” à candidatura de Vítor Baptista.

Metro ligeiro será uma realidade

Entretanto, Vítor Baptista garantiu também que sob a sua liderança o metro ligeiro na cidade do Mondego será uma realidade. O candidato socialista afirmou que este projecto estruturante para a cidade do Mondego será desenvolvido com base nos termos em que foi lançado e pensado no tempo do Governo liderado por António Guterres.

Para este responsável, deputado eleito pelo círculo de Coimbra, presidente da Federação e candidato à autarquia, o PS não abdicará de concretizar uma obra que surge como um importante passo em frente na modernização da região, uma peça que vai ajudar a racionalizar a gestão do município e a interligá-lo de forma sustentada aos municípios vizinhos de Miranda do Corvo e Lousã.

O líder da Federação socialista, afirmou que tem garantias do Executivo de José Sócrates de que o metro ligeiro de superfície dará a partir de agora passos decisivos para que se concretize o projecto, sublinhando que os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Coimbra “vão bater-se sempre pelo empreendimento”.

PORTO

ASSIS DEFENDE “POLIS” PARA BAIROS SOCIAIS

O candidato do PS à Câmara do Porto, Francisco Assis, defendeu no dia 4 o lançamento de um programa semelhante ao Polis para “co-responsabilizar” o Estado e a autarquia local na resolução do problema dos bairros sociais, dada a dimensão que assume na cidade.

Falando à margem de uma visita ao Bairro de Francos, Francisco Assis recordou que a Câmara do Porto é o maior senhorio do país, sendo dona de bairros sociais “extremamente degradados”, onde as pessoas vivem em condições “miseráveis”.

O candidato socialista referiu que há nos bairros sociais do Porto “problemas tão graves como os que se verificavam nas barracas”, quando foi implementado há alguns anos o PER – Programa Especial de Realojamento.

“O Porto não precisa de grandes obras faraónicas. Precisa de apostar na

habitação social e na qualificação dos bairros sociais”, afirmou, manifestando-se esperançado numa boa receptividade do Governo à sua proposta, dado que o Executivo garantiu que “não vai diminuir o investimento público” para reduzir o défice.

Face a esta realidade, Francisco Assis considerou que “falhou completamente” a anunciada aposta na habitação social feita pelo actual presidente da Câmara do Porto, Rui Rio (PSD), há quatro anos. “Não há nenhuma mudança significativa nos bairros sociais. Se há mudança, é para pior, com o afastamento dos assistentes sociais. A câmara não fez uma única intervenção estrutural nos bairros sociais”, frisou.

Retórica, mentiras e Rio

Entretanto, no dia anterior, 3 de Junho,



o candidato do PS tinha desafiado Rui Rio a explicar quanto vai custar a remodelação da Av. da Boavista e que

garantias de financiamento estão asseguradas.

Assis reafirmou a sua defesa da instalação

de uma linha de eléctricos rápidos na avenida, considerando que a opção de Rui Rio pelo metro do Porto se deve à necessidade de financiar a realização de um evento conjuntural, a corrida de veículos antigos de fórmula 1.

Segundo o candidato do PS, que falava numa visita ao local das obras, é errado que a escolha de uma solução estrutural para a cidade, como a instalação de metro em vez de eléctricos, “dependa de uma acção conjuntural”. É que, adiantou, “o metro fica, a corrida vai dois dias depois”.

Francisco Assis concluiu assim que a “imagem de grande rigor” que o presidente da câmara “tentou construir” não passou de propaganda. “Neste local está a prova de que tudo isso era só retórica. É um caso em que a distância entre a retórica e a realidade é grande, é a distância de uma mentira”, disse.

ÁREAS METROPOLITANAS

As Áreas Metropolitanas, a nosso ver, têm de se constituir, para realidades específicas bem determinadas (centradas em Lisboa e Porto), como Autarquia supramunicipal, dotada de órgãos representativos, com atribuições adequadas à sua natureza e poderes próprios e autónomos, designadamente em relação aos Municípios

A Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, na verdade, são as únicas duas realidades dignas desta definição, em Portugal.

Marcam essas realidades a forte concentração populacional num território escasso e determinado, causas de elevadas densidades demográficas, com enorme pressão de construção de habitação, de equipamentos, de serviços e de outras actividades económicas, tudo pressionado por um grande e buliçoso fluxo interno, permanente, de pessoas, bens e informação.

Esta estreita proximidade gera, portanto, interdependências sociais e interacções funcionais que, no plano político, nos remetem para perspetivar soluções institucionais que impliquem uma visão de conjunto e consequentes poderes de actuação autónomos.

Por isso, no domínio do planeamento interurbano e no da decisão, execução e exploração de equipamentos e infra-estruturas, é muito importante a existência e a intervenção de uma entidade adequada, dotada de legitimidade democrática e de atribuições e competências próprias.

Essa pessoa colectiva pública de população e território, para áreas metropolitanas, há muito que está prevista, especificamente, na nossa Constituição da República, o que concede a necessária credencial ao legislador ordinário para proceder à sua criação e instituição.

Com esse objectivo já duas tentativas foram feitas, porém sem o necessário alcance para surtir os efeitos que a realidade subjacente requer.

A mais recente legislação sobre a matéria, datada de 2003, na sua falta de clareza, contém insito, em si própria, o principal antídoto contra a capacidade política da figura. Ou seja, através de critério abstracto, aberto e mal formulado, admite, em qualquer parte do território a emergência de áreas metropolitanas.

Ora, como é possível termos o modelo apto a dar resposta aos problemas das grandes concentrações urbanas se tanto a cintura de Lisboa, como o vasto e despovoado Alentejo podem, de igual modo, constituir-se como Áreas Metropolitanas?

Não pode, pois claro.

As Áreas Metropolitanas, a nosso ver, têm de se constituir, para realidades específicas bem determinadas (centradas em Lisboa e Porto), como Autarquia supramunicipal, dotada de órgãos representativos, com atribuições adequadas à sua natureza e poderes próprios e autónomos, designadamente em relação aos Municípios.

Para que isto se possa objectivar, com sucesso no terreno, o mais importante é saber definir os seus campos de actuação e os seus poderes de intervenção. Eles têm de ser totalmente adequados àquilo que são os objectivos metropolitanos e têm de ser limitados aos aspectos funcionais da sua escala própria.

Esta limitação é essencial sob pena de insanável conflito com os Municípios, que são anteriores e dispõem já de poderes consolidados de acordo com os seus interesses específicos e inter-competitividade, o que nada tem de mal. Os interesses dos Municípios vizinhos não são todos iguais, nem têm de ser. Nem as Áreas Metropolitanas podem acabar com os Municípios.

Aspecto muito importante é que se delimitem bem, face aos Municípios, os poderes metropolitanos, pois se, por um lado, os Municípios têm de continuar a ter o seu papel próprio, por outro, as Áreas Metropolitanas não podem ficar paralisadas face a interesses particularistas.

Isto é, cada Município tem de continuar a ter os seus interesses específicos próprios para prosseguir e a Autarquia Metropolitana deve intervir apenas naqueles campos em que o conjunto e a conjugação se mostrem mais relevantes e de superior interesse, como, por exemplo, nos casos das acessibilidades, transportes e comunicações.

Mais vale que a área Metropolitana se lance com sucesso num limitado universo de poderes e venha a ganhar o necessário reconhecimento comum, do que se arrisque ao insucesso por querer interferir, por exagero, em tudo e mais alguma coisa.

A nosso ver, mais do que em todas as grandes formulações e modelos, é nesta justa medida de convivência, com os Municípios, que está o segredo do sucesso.



LUÍS PITA AMEIXA

OPINIÃO

CASCAIS

ARROBAS DA SILVA E GERMANO DE SOUSA NAS LISTAS DO PS

O advogado Arrobas da Silva e José Germano Rego de Sousa, ex-bastonário da Ordem dos Médicos, são os dois nomes fortes que o Partido Socialista vai apresentar como cabeças de lista nas próximas eleições autárquicas respectivamente à presidente da câmara e assembleia municipal de Cascais.

A decisão foi tomada por unanimidade pela Comissão Política Concelhia do PS e constituiu, segundo Umberto Pacheco,

líder daquela estrutura local, um momento de viragem para Cascais.

Para aquele responsável político, tanto Arrobas da Silva, como Germano de Sousa, prefiguram importantes mais valias não só para o Partido Socialista, que se apresenta ao eleitorado com uma equipa constituída por personalidades de reconhecida capacidade, como o município passa a dispor de gente credível e capaz de empreender uma gestão

sustentada abrindo de novo a esperança de melhores dias para Cascais.

A coligação de direita PSD/PP, lembra Umberto Pacheco, que governa o concelho há quatro anos "tem vindo a provar a sua incapacidade para gerir os destinos do município", razão pela qual, acrescenta, o eleitorado terá em Outubro a possibilidade de reabrir as portas do desenvolvimento e da sã gestão autárquica votando nas listas do PS.

PS CANDIDATA INDEPENDENTE À CÂMARA DE MAÇÃO

O independente José Fernando Martins é o candidato do PS à Câmara Municipal de Mação, no distrito de Santarém, nas próximas eleições autárquicas de Outubro.

Actual presidente da Junta de Freguesia de Aboboreira, uma das oito freguesias deste concelho ribatejano, José Martins desempenha este lugar há dois

mandatos, tendo sido no primeiro eleito nas listas do Partido Socialista e o segundo como independente.

A Comissão Política Concelhia do partido convidou ainda para cabeça de lista à Assembleia Municipal João Paulo Almeida.

Mação é gerida há 30 anos pelo PSD exercício que o actual candidato

socialista pretende por cobro melhorando os resultados de 1997 em que o PS ficou apenas a 270 votos de ganhar a liderança do município.

Das oito freguesias do concelho, quatro são lideradas pelo PSD, três pelo PS e uma por uma equipa de independentes. O universo eleitoral de Mação é de 8 mil votantes.

MATOSINHOS APOSTA NO ENSINO DO INGLÊS

A Câmara Municipal de Matosinhos vai seguir no próximo ano lectivo as directrizes do Governo e iniciar num conjunto vasto de escolas do ensino básico a aprendizagem do inglês.

A este propósito, Narciso Miranda lembrou que a autarquia já depende com o desporto escolar, para onde são canalizados anualmente perto de meio milhão de euros, "não existe razão para que o ensino do inglês não mereça também da nossa parte uma atenção especial" propondo neste

sentido que a autarquia investia no ano de 2006 cerca de um milhão de euros no desenvolvimento desta disciplina.

O autarca falava a propósito da inauguração das obras de remodelação do jardim-de-infância Santos Dias, em S. Mamede de Infesta, uma das freguesias mais populosas do concelho. O exemplo vivido pelo município ao nível do desporto escolar, em que Matosinhos surge nos primeiros lugares do ranking nacional com uma cobertura total neste segmento poderá, segundo o autarca, servir de alavanca igualmente para o

ensino do inglês.

Até ao final deste ano lectivo, recordou Narciso Miranda, "vamos concluir o programa escolar que tínhamos iniciado há oito anos" programa esse que inicialmente estava previsto terminar em dez anos, passando a rede escolar pública do concelho a ficar coberta, nomeadamente no que concerne às cantinas, bibliotecas e polidesportivos, para além de uma situação privilegiada no que respeita à instalação de equipamentos informáticos com ligação à Internet.

AGENDA AUTÁRQUICA

17 de Junho – 19h 30 – Vila Nova de Gaia

Hotel Melia Gaia – (junto ao Jardim Soares dos Reis). Apresentação da candidatura de Barbosa Ribeiro

17 de Junho – 21h30 – Coruche

Apresentação da candidatura de Filipe Justino

18 de Junho – Mira

Apresentação do candidato João Reigota, com a presença de Rui Nobre Gonçalves

18 de Junho – 18h00 – Sobral de Monte Agraço

Apresentação da candidatura de Pedro Lourenço

18 de Junho – 19h00 – Santarém

Apresentação de todos os candidatos do distrito

18 de Junho – 20h00 – Pombal

Apresentação da candidatura de Sérgio Leal, com a presença de Jorge Lação

18 de Junho – 20h00 – Tavira

Apresentação da candidatura de Fialho Anastácio, com a presença de Humberto Rosa

18 de Junho – 21h00 – Ovar

Cine-Teatro – Apresentação da candidatura de Manuel Oliveira

18 de Junho – 17h30 – Lousada

Apresentação da candidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

18 de Junho – 20h30 – Baião

Apresentação da candidatura de José Luís Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

19 de Junho – 13h00 – Bombaral

Apresentação da candidatura de Jorge Gabriel Martins, com a presença Alberto Costa – Bombeiros Voluntários do Bombaral

21 de Junho – 20h00 – Odiveias

Apresentação da candidatura de Susana Amador, com a presença de Jorge Coelho

23 de Junho – 17h00 – Palmela

Apresentação da candidatura de Bráz Pinto

24 de Junho – Santiago do Cacém

Apresentação da candidatura de Cascão da Silva

24 de Junho – 20h00 – Batalha

Apresentação da candidatura de Francisco Meireles, com a presença de Alberto Costa

25 de Junho – Castelo Branco

Apresentação da candidatura de Joaquim Mourão, com a presença do secretário-

geral do PS, José Sócrates e de Jorge Coelho

25 de Junho – Estarreja

Convenção Autárquica

25 de Junho – Marvão

Apresentação da candidatura de António Amaro

26 de Junho – Portalegre

Convenção Autárquica e apresentação de todos os Candidatos

26 de Junho – Sintra

Apresentação da candidatura de João Soares, com a presença de Jorge Coelho

28 de Junho – Loures

Apresentação da candidatura de Carlos Teixeira, com a presença de Jorge Coelho

30 de Junho – 20h00 – Ourique

Apresentação da candidatura de Pedro do Carmo

3 de Julho – Esposende

Convenção Autárquica para apresentação de todos os candidatos, com a presença de Vitalino Canas

8 de Julho – 17h30 – Montijo

Apresentação da candidatura de Maria Amélia Antunes, com a presença de Jorge Coelho

8 de Julho – 20h30 – Vila Franca de Xira

Apresentação da candidatura de Liza Rosinha, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 17h30 – Moncorvo

Apresentação da candidatura de Aires Ferreira, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 19h30 – Mogadouro

Apresentação da candidatura de Francisco Pires, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 18h30 – Albufeira

Convenção e apresentação de candidatos

10 de Julho – 14h30 – Vila Real – Barragem de Vila Pouca de Aguiar

Convenção autárquica de apresentação dos candidatos do distrito, com a presença de Jorge Coelho

17 de Setembro – Porto

Convenção Nacional Autárquica

18 de Setembro – 13h00 – Caldas da Rainha

Apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

GALAMBA CANDIDATO À CÂMARA

CALDAS COM AMBIÇÃO

Por "imperativo ético" e dever de "transparência" divulgou publicamente os seus rendimentos e património pessoal na pré-campanha eleitoral autárquica. O candidato socialista à Câmara das Caldas da Rainha tem a "ambição" de voltar a afirmar a cidade e o concelho no todo nacional. Por isso, António Galamba apresenta novas soluções e propostas aos caldenses, estabelecendo como prioridades as políticas sociais, o relançamento económico e um novo patamar de gestão municipal.



população das Caldas no âmbito da sua candidatura à presidência da câmara?

Queremos as Caldas com ambição, com sangue novo, com memória e com uma estratégia para afirmar o imenso potencial que a Rainha D. Leonor, Rafael e Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, Raul Proença, Francisco Elias e José Malhoa, entre outros vultos da nossa cultura revelaram. Queremos as Caldas com a ambição de ter um projecto integrado para as 16 freguesias em matéria de apoio social, de democratização do acesso às expressões culturais, da promoção de estilos de vida saudável, da sensibilização ambiental e de promoção do conhecimento. Conosco, para além do relançamento do termalismo, da efectiva consideração do comércio tradicional como um "cluster" de afirmação da nossa terra; da real promoção turística das Caldas da Rainha no quadro do Oeste, no plano nacional e internacional e do desenvolvimento de uma política integrada de afirmação das expressões culturais; as Caldas saberão potenciar a relação com a criatividade que emana da ESAD e das nossas referências históricas, afirmando-se como uma cidade do conhecimento e da inovação. A ignorância e o desconhecimento só aproveitam a quem quer uma gestão arbitrária, casuística e sem rumo. Uma gestão sem planeamento, sem participação dos cidadãos nesse planeamento e com laivos de megalomania.

No contexto desse desafio, quais os compromissos que assume se sair vitorioso na batalha eleitoral de Outubro?

Em Outubro próximo, com o PS, os caldenses terão:

- uma nova relação construtiva entre o Poder Municipal e o Centro Hospitalar para potenciar a fruição do Parque e da Mata Real;
- uma nova relação entre o executivo camarário e as colectividades e instituições, pondo um ponto final à política do "chapéu na mão" tão do agrado da actual maioria PSD. Neste plano comprometemo-nos a criar, na dependência directa do Presidente da Câmara, um Gabinete de Apoio às Colectividades;
- uma nova relação entre o município das Caldas da Rainha, os Municípios de Alcobaca, de Óbidos, do Bombarral e de Rio Maior, mas também na afirmação do Oeste;
- uma nova relação entre o Poder Local

Caldense e o Governo da República que permita resolver antigos problemas e encontrar novas soluções para a novas realidades. Mas não aceitaremos que aqueles que em três anos não resolveram os problemas do termalismo, da Lagoa de Óbidos ou da Linha do Oeste queiram que o Governo do PS o faça em dois meses;

- uma nova abordagem para a importância da participação dos cidadãos na gestão municipal, no desenvolvimento de projectos de participação cívica e na atenção prestada às solicitações, às reivindicações e à iniciativa dos cidadãos. Conosco, os órgãos do Poder Local estarão ao serviço dos caldenses, de todos e todos merecerão idêntica consideração. Não haverá caldenses de primeira e caldenses de segunda.

Que medidas prevê para o desenvolvimento económico?

São muitos os desafios que se colocam às Caldas, ao conjunto das 16 freguesias da nossa terra, e aos caldenses. Dos problemas da solidão e da falta de condições de habitabilidade da casa daquela Idosa em Salir de Matos que nos pedia a construção de um espaço onde pudesse estar com a dignidade que anos de vida merecem; ao desejo daquela jovem da Tornada que após a licenciatura ficou em Lisboa a trabalhar porque não teve uma oportunidade de emprego nas Caldas, passando pela centena e meia de cidadãos, de caldenses como nós, que diariamente recorrem a uma associação de apoio aos sem abrigo para acederem a uma refeição. Eu não me resigno, não nos resignamos perante estas realidades e quero assumir a responsabilidade de, a partir de Outubro, colocar a Câmara Municipal a funcionar como motor de uma efectiva rede municipal de protecção social, com as IPSS, as Associações e os voluntários que quiserem participar.

Num momento, em que o impacto da globalização e da abertura do mercado europeu aos produtos asiáticos se faz sentir com particular acutilância nos têxteis, na cristalaria e na nossa cerâmica, é nosso compromisso estabelecer uma plataforma estratégica com as associações comerciais e industriais, com a ESAD e com o Governo que permita o desenvolvimento de iniciativas de dinamização da economia caldense e a criação de emprego. Nesse sentido, na dependência directa do presidente da Câmara Municipal, será criado o Gabinete

do Investidor destinado a, com rigor e transparência, apoiar o desenvolvimento e implementação de projectos de investimento e criação de emprego, num quadro de desburocratização e celeridade processual.

E para a fixação dos jovens?

O PS reafirma o compromisso político com a criação de emprego, com a não resignação perante a situação dos jovens que vão estudar para Lisboa, Coimbra ou Santarém e já não regressam às Caldas da Rainha para desenvolverem actividade profissional porque não há oferta de emprego, mas também com os jovens que saem da ESAD e não têm condições para se fixar nas Caldas da Rainha.

Na educação como nas políticas gerais para as juventudes, a gestão municipal, apesar de não ter competências concretas dará um contributo para a promoção de uma escola de oportunidades, inclusiva e promotora da emancipação dos jovens, procurando uma integração com o mundo envolvente, em especial com o mercado de trabalho. Com o nosso projecto, a gestão municipal de políticas para as juventudes será construtivista. Não será nem paternalista nem instrumentalizadora como ocorre actualmente.

As políticas municipais de juventude centradas no fomento da iniciativa, na promoção da inovação, na preservação da memória, da partilha de saberes e na promoção da inclusão na educação, na formação, no ambiente, nas tecnologias de informação, no desporto, no património e nas várias expressões culturais. Os problemas como o abandono escolar e a delinquência juvenil serão objecto de intervenções integradas. A gestão municipal deverá criar uma espécie de "ninho de criatividade", um espaço com diversos ateliers onde os jovens criadores em início de carreira possam, em condições logísticas favoráveis, desenvolver as suas actividades culturais. O associativismo formal e informal serão apoiados, procurando fomentar projectos inovadores.

Quais principais estrangulamentos que identifica no concelho?

No plano social são inúmeros, complexos e crescentes os desafios com que a gestão municipal do PS se debaterá a partir de Outubro se for essa a vontade dos Caldenses. A precarização das relações pessoais, familiares, laborais e de amizade, num contexto de eminente crise económico-social medida nos índices de desemprego, nas empresas que encerram, na precaridade das soluções de emprego, na exclusão social e na criminalidade, impõem novas respostas com coragem e determinação.

A partir de Outubro queremos pôr em curso uma estratégia de coesão na acção face aos problemas sociais e a nossa gestão municipal será o motor desse projecto. Não é possível sustentar uma intervenção social que radique em cada um trabalhar para seu lado, em construir todos os equipamentos em todos os lados e manter o actual sistema de apoios, insensíveis à dimensão dos Caldenses abrangidos pelos projectos.

As Caldas não podem perder mais tempo. Com a Rede Social, que deveria estar a funcionar em pleno à três anos, ou com uma nova plataforma de intervenção

social, a Câmara Municipal funcionará como o motor dessa estratégia partilhada de intervenção social, no respeito pela identidade das instituições que asseguram um apoio social fundamental e pelo trabalho de centenas de Caldenses. É necessário quebrar a lógica das "quintinhas", acredito que seremos capazes de trabalhar em economia de escala e de potenciar as capacidades das IPSS, das Igrejas, das colectividades, das Associações e dos voluntários para apoiarmos mais caldenses e para o fazer melhor.

Temos de ter a capacidade de encontrar novas respostas para os problemas que se colocam com o envelhecimento da população, fruto do aumento da esperança de vida; com os fenómenos do alcoolismo e da toxic dependência; com a exclusão, a marginalidade e a inadaptação às regras sociais de um número crescente de indivíduos e com novas necessidades de integração social, por exemplo de comunidades de emigrantes. E temos de fazer tudo isto sem esquecer a protecção aos menores, o apoio social aos mais jovens, aos cidadãos portadores de deficiência, aos cidadãos com dificuldades de integração, aos mais pobres e aos idosos.

Qual o balanço que faz da gestão autárquica do PSD nas Caldas da Rainha?

A questão que se coloca aos caldenses é a de se querem mais quatro anos dos últimos quatro de falta de planeamento, de falta de instalação de empresas criadoras de emprego, de falta de preocupação com o ambiente, de secretismo em torno das questões educativas, de inação nas questões da mobilidade e de falta de paciência para os municípios. A questão está em se os mesmos que revelaram cansaço, falta de ambição, incapacidade de relacionamento com as instituições, com os municípios vizinhos, com o Governo e com largos sectores da comunidade caldense têm condições para protagonizar uma nova geração de políticas municipais.

Os debates do Fórum têm revelado que as práticas estão demasiado interiorizadas e que as máscaras dos períodos pré-eleitorais e eleitorais já não permitem esconder uma gestão esgotada, sem rumo e sem ambição por maiores que sejam as flores agora ensaiadas.

Porque decidiu, nesta fase pré-eleitoral, divulgar publicamente os seus rendimentos e património pessoal?

Por imperativo ético no serviço à causa pública, divulguei publicamente o meu património e interesses, assumindo o compromisso de o fazer anualmente em cada 17 de Maio, no caso de ser eleito Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

Como saberão, nos termos da lei, os titulares de cargos políticos públicos têm que depositar no Tribunal Constitucional uma declaração com o património e os interesses quando iniciam e cessam funções. Entendo que a transparência é a melhor arma contra o boato e a insinuação que em surdina corrói as instituições democráticas.

Que ambições vai propor à

CARRILHO POR LISBOA

FAZER A CIDADE DOS NOSSOS

Olhar para o futuro com uma nova visão de cidade que, com ideias simples mas concretas, encete a caminhada rumo ao desenvolvimento sustentado e à coesão social, com qualidade de vida para todos. Este o desígnio para Lisboa apresentado na formalização da candidatura autárquica de Manuel Maria Carrilho, numa sessão marcada pela beleza das imagens da nossa capital, por momentos musicais e pela força evidente dos apoios de numerosas personalidades de reconhecido mérito nos mais diversos sectores da vida da capital.

Perante uma sala lotada do Centro Cultural de Belém, Carrilho evidenciou a escolha que os munícipes deverão fazer no sufrágio de Outubro, dizendo que a opção eleitoral é, claramente, “entre o actual marasmo e um projecto de gestão autárquica moderno”.

Por um lado, disse, “temos a Lisboa parada, decadente e desigual. Uma Lisboa hipotecada ao automóvel, ao estacionamento selvagem, à degradação do espaço público e à construção desordenada”, contrapondo de seguida a esta “cidade gerida por impulsos” uma “Lisboa do futuro”.

Por outro lado, prosseguiu, “podemos ter uma capital com orgulho, afirmativa e solidária. Uma cidade das pessoas, em que a qualidade de vida dos seus habitantes seja o valor fundamental a que todos os outros se submeterão”. Para conseguir tudo isto, há um método a seguir que, segundo o candidato socialista, assenta em “ideias simples, novas políticas, soluções integradas, custos comportáveis, uma equipa de excelência e a garantia de benefícios evidentes”.

Convidando os residentes na cidade das sete colinas a dizer basta ao desperdício camarário, ao endividamento do município – que já ultrapassa os 200 milhões de euros – e à fraca ambição que marcou os consulados da dupla Santana/Carmona, Carrilho manifestou-se empenhado em relançar Lisboa na rota de um novo paradigma de políticas modernas que a tornem uma cidade exemplar.

Este passo enfrente na história da capital

portuguesa implica, venceu, “uma mudança, uma alternância” na liderança camarária de um Executivo quer se quer “urbanizador” e não “loteador”.

A este propósito, Carrilho avançou com propostas e medidas que defendeu como “alternativas válidas para Lisboa” nos diversos sectores da governação local, desde a cultura ao urbanismo, passando pela segurança nas ruas e políticas de solidariedade, até chegar às iniciativas que visam promover uma cultura de cidadania cada vez mais participativa (*ver caixa*).

Debruçando-se sobre a essência do seu projecto para Lisboa, o candidato socialista descreveu-o como sendo uma proposta “de fronteira, de capitalidade e de governo”.

“Se digo que este é um projecto de fronteira é porque uma nova fronteira se abre hoje, entre a sociedade civil e os partidos políticos, entre o exercício do poder e a participação dos cidadãos, entre a forma tradicional de fazer política e um novo paradigma de fazer cidade”, explicou Manuel Maria Carrilho, para quem é a crucial agarrar-se com convicção a esta nova oportunidade e esta nova aspiração de uma “Lisboa dos nossos sonhos”.

E porque o projecto é também de capitalidade, o ex-ministro da Cultura advogou o uso dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos existentes em benefício de Portugal, num novo conceito de “capital” que não se esgota apenas na concentração da força político-administrativa.

O candidato do PS à câmara alfacinha



quer que a cidade se afirme na liderança intermunicipal e nacional, empreendendo “uma estratégia urbana competitiva, de desenvolvimento sustentável e de coesão social”.

“Lisboa deve ser o rosto de Portugal no mundo, o motor do desenvolvimento económico do país, o padrão da qualidade de vida, o exemplo da integração social e a montra da nossa excelência e cidadania”, reivindicou, dizendo-se apostado em liderar um município que seja capaz de dar um contributo essencial para a estratégia de crescimento nacional e no “investimento inteligente”.

Por último, o projecto que Manuel Maria Carrilho quer desenvolver com a ajuda dos munícipes lisboetas passa também por um conceito moderno de governação autárquica, fundado em três alicerces essenciais: a eficiência, a proximidade e a transparência.

Ao lembrar a política é sempre a arte de gerir a escassez, Carrilho observou contudo que o que mais tem faltado a Lisboa nos últimos quatro anos não tem

sido recursos humanos e/ou financeiros, mas “critério, organização e rigor”.

Por isso, considerou, “é preciso fazer mais com menos e melhor como o que há”.

Convicto de que a gestão eficiente e eficaz de uma autarquia implica contar com a participação e o envolvimento dos munícipes nos projectos e nas actividades do executivo camarário, o candidato do PS por Lisboa manifestou evidente entusiasmo em aplicar no Terreiro do Paço um modelo de governação local mais descentralizado, “abrindo novos canais de relação com os cidadãos, um Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), ou um portal da região, por forma a aumentar o conforto e o fácil acesso à informação e ao conhecimento”, uma medida que, de resto, está associada ao Plano Tecnológico, bandeira do PS.

No plano das prestações de contas ao eleitorado, Manuel Maria Carrilho comprometeu-se publicamente a “multiplicar as consultas à população”. Assim, a aposta socialista nesta matéria

passa por duas ideias fundamentais: simplificar a relação da edilidade através de modelos de *self-service* e preparar a iniciativa “Câmara Aberta” – à semelhança do que se faz em Barcelona –, abrindo, em certos dias do ano, os Paços do Concelho à visita dos munícipes para que estes possam observar directamente as rotinas de trabalho e do serviço camarários.

Segundo Manuel Maria Carrilho, este projecto de ambição por uma nova Lisboa de futuro será implementado por uma equipa, cuja composição prometeu divulgar em breve, mas que, adiantou, será “de excelência”, reunindo “os mais qualificados, mais promissores e experientes profissionais para fazer cidade”.

Vencer a “era do vazio”

Tão confiante na vitória eleitoral em Lisboa quanto Manuel Maria Carrilho mostrou convicção nas propostas que avançou para devolver Lisboa aos sonhos dos alfacinhas esteve o secretário-geral do PS, manifestamente



Manuel Maria Carrilho
Projectos com princípio,
meio e fim



S SONHOS



satisfeito por voltar ao convívio próximo com os camaradas.

José Sócrates, que apresentou formalmente a candidatura de Carrilho à presidência da maior e mais importante edilidade do país centrou a sua intervenção na ambição socialista de "disputar e ganhar a liderança da Câmara Municipal de Lisboa", explicando que o sucesso de Portugal está determinado pelo sucesso das suas cidades.

Após lançar fortes e certas críticas à gestão laranja da autarquia lisboeta, Sócrates deixou um apelo à mobilização geral de todos os militantes do PS residentes na cidade para travarem "uma batalha pela afirmação competitiva da nossa capital".

"Portugal precisa de Lisboa e é por isso que Lisboa tem de voltar a ser o motor de desenvolvimento do país", defendeu o líder socialista, para de seguida reafirmar a importância de reconquistar a câmara nas autárquicas de Outubro e, "com verdadeiras mudanças nas políticas, vencer a estagnação e a deriva" a que a capital tem sido votada durante o mandato ziguezagueante de Santana

Lopes e Carmona Rodrigues.

"Foram quatro anos de total falhanço político", acusou José Sócrates, considerando que neste período a cidade não esteve ao serviço do país.

Voltar a fazer de Lisboa uma referência de desenvolvimento ao nível nacional e até europeu implica, segundo Sócrates um projecto assente num projecto inovador e numa nova liderança política

Manuel Maria Carrilho foi o nome apontado por José Sócrates para vencer esse repto, apresentando-o, assim formalmente, como rosto da candidatura socialista por Lisboa e descrevendo-o como "o melhor ministro da Cultura desde o 25 de Abril e um dos mais altos quadros políticos que melhor tem conseguido aliar as ideias sua realização".

Foi um Sócrates confiante e comprometido a participar na campanha socialista por Lisboa que manifestou o seu "apoio total", assegurando a Carrilho que no próximo combate eleitoral terá "todo o PS atrás de si".

MARY RODRIGUES

IDEIAS COM PRINCÍPIO, MEIO E FIM

Relançar Lisboa na rota de uma nova ambição, de uma visão moderna e de um novo paradigma de cidade é o desígnio que está na base do projecto que Manuel Maria Carrilho propôs oficialmente ao eleitorado alfacinha e que, garantiu, "é para levar a sério". Ao apresentar o seu plano de acção para o município, perante mais de meio milhão de ilustres personalidades das artes, das letras e da política nacional reunidas no Centro Cultural de Belém, Carrilho defendeu um conjunto de orientações estratégicas e de medidas que atravessam todas as áreas de governação local, de forma integrada.

O "Acção Socialista" elenca de seguida as principais ideias avançadas e as medidas associadas ao desígnio de fazer cidade com método:

NOVO MODELO DE URBANISMO ASSENTE NA IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM E NA SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

Estreitar a ligação da cidade ao Tejo

- Criar um "parque urbano ribeirinho", que vá da Expo à Docapesca
- Estabelecer percursos pedonais e de ciclovias, de pontes ou passadiços
- Promover actividades náuticas, de recreio e de turismo
- Concessionar a actividade de taxis-barco entres as margens do rio
- Reavaliar os projectos imobiliários previstos para a proximidade da frente ribeirinha, privilegiando a diversidade de oferta
- Recentrar a cidade no eixo prioritário que atravessa a Baixa Pombalina, apostando na Avenida da Liberdade e espaços envolventes mediante a criação de um jardim que dê continuidade ao Jardim Botânico, a recuperação do Capitólio e a valorização do terreiro do Paço como centro administrativo por excelência

Lisboa amiga do Ambiente

- Articular os espaços verdes públicos e privados, definindo percursos contínuos que permitam a ligação de várias zonas da cidade
- Recuperar o Parque Periférico e do Parque Oriental, articulando-os com outras estruturas naturais
- Concluir o "corredor verde" Avenida da Liberdade/Monsanto e consolidar este grande parque da área metropolitana, sujeitando-o a um projecto integrado
- Reconfigurar o "corredor verde" do Vale de Alcântara, com a renaturalização da ribeira e a criação de bacias de retenção de água
- Reforçar a plantação de árvores em toda a cidade, em especial na (re)criação de alamedas nos principais eixos viários

Humanizar os bairros atendendo à sua especificidade e diversidade

- Rever o PDM com base em princípios de sustentabilidade
- Desenvolver operações integradas de reabilitação em função de eixos de carácter histórico-patrimonial
- Intervir globalmente na zona do intendente através de um plano específico
- Valorizar a rua como elemento estruturador do tecido comercial nas áreas tradicionalmente dedicadas a esta actividade
- Desenvolver o conceito "centro comercial a céu aberto"
- Criar uma praça em cada bairro alfacinha
- Criar redes de novos tipos de equipamentos comunitários que propiciem o convívio intergeracional
- Estabelecer percursos de ligação pedonais e cicláveis entre diversos bairros
- Demolir edificações sem interesse para criar espaços abertos nas áreas históricas
- Reaproveitar antigas instalações militares, industriais ou portuárias desactivadas, atribuindo-lhes novas funções de utilização colectiva
- Transformar a 2ª Circular numa grande avenida urbana em comunicação com áreas envolventes

Resolver os problemas de mobilidade

- Reduzir para metade o número de automóveis que diariamente

- entram na capital no espaço de um mandato
- Duplicar as faixas "Bus" nos próximos quatro anos
- Apostar no transporte de superfície não poluente (eléctricos)
- Declarar "tolerância zero" ao estacionamento selvagem na cidade
- Criar mais parques para residentes, providenciando um regime especial para moradores
- Instituir o modelo de pagamento "Parqueamento Móvel" (por SMS, WAP ou voz) para o estacionamento em parquímetro

Segurança é prioritária

- Recorrer ao reforço do policiamento de proximidade nas zonas mais problemáticas de Lisboa
- Usar dispositivos de vídeo-vigilância em locais onde a situação de insegurança assuma contornos crónicos e mais graves
- Melhorar a iluminação pública

Promover mais actividades de rua

- Retomar o combate à toxicod dependência, reactivando e alargando as "equipas de rua" e os "pontos de contacto"
- Fazer experiências-piloto com salas de injeção assistida, à luz da legislação já existente

Políticas de solidariedade em parceria autarquia-Estado-empresas

- Elaborar um Programa de Garantias Sociais visando o apoio dos cidadãos mais carenciados
- Introduzir na acção municipal medidas de reforço da qualidade habitacional, da mobilidade e da qualidade de vida dos mais idosos: transporte de proximidade e nova "ocupação/função social" (ex: programa "escola Fora de Horas")
- Avançar com iniciativas de complementaridade idosos/crianças
- Implementar uma política da criança e da escola que seja exemplar no país (ex: projecto "Criança, Escola e Cidade")

Cidadania: Nova geração de políticas de proximidade

- Criar um "Conselho de Cidade"
- Lançar a iniciativa "Lisboa Câmara Aberta"
- Agregar as freguesias em "Distritos Urbanos"
- Descentralizar competências municipais
- Introduzir ferramentas tecnológicas na relação autarquia/município

Desafios do cosmopolitismo: colocar Lisboa no mapa da Europa, da Lusofonia e do Mundo

- Fazer da cidade a "capital europeia da cidade mediante a promoção de novos festivais, bienais e intercâmbios vários
- Promover a instalação definitiva na cidade da Colecção Berardo, numa parceria com o Ministério da Cultura
- Formar uma comissão conjunta, da autarquia e do Governo central e da sociedade civil que deverá preparar um grande programa de eventos, de obras e de ideias para comemorar o primeiro centenário da República em 2010.

M.R.



Manuel Maria Carrilho
Projectos com princípio,
meio e fim



CINCO PERGUNTAS A MIGUEL COELHO



Conquistar a Capital é um desígnio da sua liderança na concelhia de Lisboa?

Naturalmente que sim. Quando há quatro anos atrás o PSD com Santana Lopes ganhou as eleições, assumi logo como primeiro objectivo reconquistar Lisboa. Eu e o meu secretariado estivemos sozinhos durante muito tempo nesse propósito, diziam-nos que era impossível bater Santana Lopes numas eleições, mas felizmente, com o nosso trabalho e forma de fazermos oposição conseguimos provar que afinal, Santana, era um "tigre de papel".

Como melhorar a articulação entre a Concelhia e a candidatura de Carrilho à Câmara de Lisboa?

Essa articulação existe, e, muito naturalmente, será aprofundada à medida que estivermos no terreno. O candidato tem um espaço próprio de afirmação da sua candidatura, de outro modo não valia a pena querer ser candidato, o Partido, isto é a Concelhia, terá de ser o motor da campanha. Só assim se pode vencer.

Quais foram as maiores dificuldades verificadas até agora na colocação da candidatura no terreno?

Estamos a começar. Naturalmente que as dificuldades que se colocam agora, são as dificuldades próprias do início de uma campanha. É tudo uma questão de afinação.

Como potenciar o envolvimento dos militantes na candidatura?

Quanto mais os militantes participarem na formação das decisões políticas e escolhas das pessoas, mais se envolvem nas dinâmicas dos processos. Isto é válido para todas as circunstâncias da vida partidária.

Quais as vantagens que o nosso candidato e o seu projecto oferecem relativamente às outras candidaturas?

A primeira vantagem é que Carrilho rompe com o passado. Tem credibilidade e provas dadas para assumir um projecto de mudança para Lisboa. Um projecto virado para as pessoas e seus problemas, um projecto para os bairros da cidade, um projecto preocupado em primeiro lugar com os cidadãos mais fragilizados — idosos e crianças—, mas também um projecto para o futuro, capaz de colocar Lisboa em competição com outras capitais e cidades europeias. Enfim, um projecto para um Lisboa mais solidária, moderna e cosmopolita.

MANUEL MARIA CARRILHO

PERFIL DO HOMEM POR DETRÁS DO PROJECTO

Manuel Maria Carrilho tem 54 anos de idade. É o candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Lisboa nas autárquicas de Outubro de 2005. Nasceu em Coimbra, muda-se com a família para Viseu, cidade onde vive até aos 18 anos onde conclui o ensino secundário. Licenciou-se em filosofia em 1975 pela Universidade de Lisboa, tendo efectuado a sua pós-graduação e posteriormente o doutoramento em "Filosofia Contemporânea" na mesma universidade em 1985.

Em 1993 efectua provas de agregação e um ano mais tarde torna-se professor catedrático desta Universidade.

A par da sua actividade ligada ao ensino superior, Manuel Maria Carrilho tem integrado diversos organismos, instituições nacionais e de âmbito internacional, como o Instituto de Filosofia da Linguagem, a Fullbright Commission, a International Society for the Study of Argumentation, o Collège de Philosophie, o Centre Européen pour l'Etude de l'Argumentation, o Conseil National de Programmes do Ministério da Educação francês, tendo ainda feito parte de "comités" de diversas revistas ligadas à sua área de especialização, caso da argumentation, culture/europe, hermes, etc.

Desde 1986 que colabora regularmente em jornais. Periódicos como o "Diário de Notícias", "Jornal de Letras", "Le Monde" e "Público" têm recebido a sua participação. No "Expresso" tem desde 2002 uma coluna semanal.

Ainda na área das publicações, Manuel

Maria Carrilho foi ainda o responsável pela criação de revistas ligadas à sua especialidade. É o caso da "Filosofia e Epistemologia", (1979/84) e "Crítica" (1987/93). Foi ainda o responsável pela criação das colecções "Clássicos de Filosofia" editadas pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, "Opus-Biblioteca de Filosofia" da Dom Quixote, e "Argumentos" das edições Asa.

Ao longo da sua carreira universitária tem vindo a publicar diversos estudos em revistas como Colóquio/Ciência, Cultura, Révue Internationale de Philosophie, Cultural Dynamics, Raison Presente, Futures, Hermes, Ciência e Filosofia, Periodística, entre muitos outros.

Manuel Maria Carrilho é membro do Partido Socialista desde 1986. Fez parte dos Executivos liderados por António Guterres, de 1995 a 2000, como ministro da Cultura, tendo integrado o XIII e o XIV governos.

Actualmente é deputado à Assembleia da República eleito pelo círculo eleitoral de Viseu, pertence à Comissão Política do PS e integra no Parlamento a Comissão de Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus, desempenhado ainda desde 2002 as funções de vice-presidente do Grupo Parlamentar socialista.

A sua experiência parlamentar é aliás bastante vasta. Para além das responsabilidades que presentemente detém, o professor Manuel Maria Carrilho foi membro na VIII legislatura do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Polónia, Portugal-Itália e Portugal-Reino Unido. Na IX legislatura, para além da vice-



presidência do Grupo Parlamentar do PS, pertenceu à Comissão Parlamentar de Ética, membro da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político e membro do grupo parlamentar de amizade Portugal-Cabo-Verde.

É autor de diversos estudos editados e publicados em Portugal e no estrangeiro: "História e Prática das Ciências"; "Epistemologia, posições e críticas", edição da Fundação C. Gulbenkian; "Dicionário do Pensamento Contemporâneo"; "Retórica e Comunicação"; "Metamorfoses da Cultura"; "Argumentation, Aesthetics and Rationality, Argumentation"; "Major Trends in Argumentation Theory"; "Elogio da Modernidade"; "O estado da Nação"; "A cultura no coração da política", entre muitos outros trabalhos.

Manuel Maria Carrilho recebeu diversas medalhas e condecorações, como a medalha Picasso/Miró da Unesco, em 1998, tendo no ano seguinte recebido o European Archaeological Heritage Prize, da European Association of Archaeologists. O Governo espanhol atribuiu-lhe em 1996 a Gran Cruz da Ordem de Mérito Civil e em 1997 recebeu do Governo brasileiro, das mãos de Fernando Henriques Cardoso, a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco. Em 1999 é agraciado pelo governo francês com o grau de Grand Officier da Légion d'Honneur.

UMA CANDIDATURA DE COMPETÊNCIA E CONFIANÇA

O auditório do Centro Cultural de Belém foi efectivamente "pequeno" para acolher o expressivo número de personalidades ligadas às artes, às letras, à televisão, à docência e à política nacional, entre outras, que marcou presença, no dia 7, na apresentação oficial da candidatura de Manuel Maria Carrilho à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Foi o próprio candidato, visivelmente satisfeito pelo significativo apoio com que era recebido, que, exprimindo a sua gratidão pela confiança demonstrada no seu projecto e na candidatura autárquica, que recordou a génese de todo este processo de combate por uma nova ambição para a capital.

Lembrando que há mais de um ano decidiu concorrer à liderança do Executivo lisboeta com o "incentivo de muitas pessoas", Carrilho disse que desde então decidiu, "por vontade e risco próprios", manifestar

publicamente a sua disponibilidade para enfrentar esta importante batalha eleitoral com a marca do PS.

"Em Fevereiro deste ano, esse incentivo foi reforçado por um apelo público, o "Apelo por Lisboa", apresentado por mais de 30 destacadas personalidades da cidade", recordou, citando os nomes de José Saramago, Bruto da Costa, António Lobo Antunes, Jorge Gaspar, Gonçalo Byrne, Manuel João Ramos, Inês Pedrosa, Emídio Rangel e João Nabais, entre outros, como signatários do documento que, pouco depois, mereceria a adesão de "mais de mil cidadãos de Lisboa".

"Já em Abril deste ano, por escolha colegial do meu partido e do seu secretário-geral, fui designado candidato pelo PS", relatou, vincando que desde optou pela dedicação ao trabalho intensivo no "Fórum Cidade, nas "Jornadas Lisboa com Projecto", que decorreram durante Maio passado, e que

recolheram o contributo de mais de 500 técnicos de diversas áreas sectoriais.

Relembrando ainda, pelo seu simbolismo, e agradecendo assim o envolvimento de todos os que ajudaram à realização com sucesso das referidas iniciativas, Manuel Maria Carrilho assinalou a participação de figuras de relevo como Daniel Sampaio, Elisa Ferreira, Augusto Mateus, Simoneta Luz Afonso, Carrilho da Graça, Maria de Belém, Nunes da Silva, Manuel Salgado, Manuela Silva, Miguel Lobo Antunes, Fonseca Ferreira, Nuno G. Ribeiro, Manuel Graça Dias, Carlos Monjardino, José António Pinto Ribeiro, Rui Valada, Eduardo Prado Coelho, Elza Pais, Gomes de Pinho, Paulo Pereira e Aires Mateus.

É que, rematou, "para fazer cidade, apostaremos sempre nas opiniões em nas pessoas mais qualificadas e mais promissoras".

M.R.

ALGUMAS PRESENCAS NO LANÇAMENTO

António Correia de Campos
Adelaide Rocha
Alberto Costa
Alberto Martins
Ana Paula Vitorino
António Marques
António Cunha Telles
António Vitorino de Almeida
Bernardo Sasseti
Carlos Monjardino
Catarina Portas
Daniel Sampaio
Delfim Sardo
Emídio Rangel
Fernanda Fragateiro
Fernanda Reis
Fernando Lopes
Fernando Pinto do Amaral
Fonseca Ferreira
Francisco Capelo
Francisco Aires Mateus
Fraústo Silva
Gonçalo Byrne
Inês Pedrosa
Isabel da Nóbrega
Carrilho da Graça
João Perry
João Soares
João Paulo Bessa
Joaquim Raposo
Jorge Coelho
José Junqueiro
José Leitão
José Afonso Furtado
José António Pinto Ribeiro
José Pedro Croft
José Silva Lopes
Júlio Sarmiento
Leonor Silveira
Luís Serpa
Luís Calado
Luís Patrão
Manuel Mateus
Manuel Reis
Manuel Salgado
Manuel Valente
Manuel Castro Caldas
Manuel Graça Dias
Manuel João Ramos
Maria de Belém Roseira
Maria de Lourdes Lima Santos
Maria do Rosário Pedreira
Maria João Seixas
Marcos Perestrello
Miguel Coelho
Misia
Norberto Pilar
Nuno Teotónio Pereira
Patrícia Vasconcelos
Paula Guedes
Paulo Ribeiro
Pedro Calapez
Pedro Portugal
Pedro Prouença
Pedro Cabrita Reis
Regina Ferreira
Ricardo Pais
Rui Zink
São José Lapa
Strech Ribeiro
Vieira da Silva
Zé Pedro (Xutos & Pontapés)

Lisboa
com Projecto

Manuel Maria Carrilho
Projectos com princípio,
meio e fim



AMBIENTE

NOVAS REGRAS PARA USO DA ÁGUA E ORDENAMENTO DA COSTA

O desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente foram temas centrais do Conselho de Ministros de Sagres, que aprovou o plano de ordenamento da costa algarvia. Os parques naturais e a gestão dos recursos hídricos obedecerão, a partir de agora, a um novo quadro normativo e os autores de crimes ambientais serão alvo de sanções e de registo num cadastro nacional de infractores.

No Conselho de Ministros extraordinário de Sagres, realizado no Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho), o Executivo do PS aprovou o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) entre Vilamoura e Vila Real de Santo António, concluindo assim o ordenamento de toda a costa portuguesa.

Lamentando a inactividade dos governos anteriores no que toca aos assuntos ambientais, o primeiro-ministro, José Sócrates, classificou como "histórico" o momento em que foi finalmente aprovado o último POOC do litoral português.

Já o ministro da tutela, Nunes Correia, explicou aos jornalistas que a aplicação deste plano na costa algarvia poderá implicar a demolição de "algumas casas

clandestinas", uma vez que estas "desequilibram profundamente a dinâmica do litoral", mas — ressalvou — "a situação dos pescadores algarvios será acautelada com a manutenção ou realocação das habitações em zonas menos prejudiciais para o ambiente".

Na reunião de Sagres, o Executivo socialista decidiu também sobre os Planos de Ordenamento dos Parques Naturais do Douro Internacional e da Arrábida, por forma a criar condições para uma melhor gestão do património paisagístico.

No caso da Arrábida, a medida do Executivo implica a redução gradual e faseada da área de pesca no mar que integra área protegida, definindo



igualmente novas regras com vista à preservação da biodiversidade no Parque Marinho Professor Luiz Saldanha.

A este propósito, o José Sócrates sustentou, em Alvor, que a solução encontrada para o Parque da Arrábida "permite proteger os valores ambientais sem pôr em causa a actividade económica dos pescadores no mar incluído naquela área protegida".

Neste contexto, avançou-se igualmente com o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional, que integra parte dos municípios de Miranda

do Douro, Mougadouro, Freixo-de-Espada-à-Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, bem como com a reclassificação da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, que passa a designar-se Parque Natural do Litoral Norte.

Por outro lado, foram aprovadas alterações à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) nos concelhos de Évora, Arraiolos Castelo Branco, Fundão e Mértola, com as respectivas revisões dos planos de ordenamento das albufeiras correspondentes.

Ainda para fazer frente aos atentados contra o Ambiente, o Governo propõe-se reclassificar e uniformizar as sanções através da criação de um cadastro nacional de todos os infractores, sendo que metade do montante reunido mediante a aplicação das coimas reverterá para um Fundo de Intervenção Ambiental.

Uma proposta para melhorar o acesso do público à informação sobre ambiente e a preparação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável foram outros dos diplomados aprovados em Sagres, no passado dia 5.

LEI DA ÁGUA FINALMENTE APROVADA

No âmbito do que se quer que seja uma "gestão sustentável" dos recursos hídricos, o Governo aprovou a nova Lei-Quadro da Água, legislação que transpõe uma directiva comunitária e cuja introdução implicará uma taxa de recurso hídricos "sobre a utilização privativa de bens do domínio público hídrico".

Todavia, o ministro do Ambiente, Correia de Nunes, garantiu que os proprietários de pequenos furos ou poços não serão afectados por esta taxa.

No essencial, a nova lei confere ao Instituto da Água a autoridade para definir políticas e planeamentos do sector, cria Administrações de Região Hidrográfica e define um Plano

Nacional para o Uso Eficiente da Água, numa altura em que o problema da seca está na ordem do dia.

No Dia Mundial do Ambiente, o Conselho de Ministros extraordinário decidiu ainda alterar ao Código do IVA, alargando o regime de deduções aos biocombustíveis, por forma a incentivar os portugueses a utilizar energias renováveis e menos poluentes.

"O Algarve não pode dispensar esta obra, custe o que custar. A sua importância para o abastecimento de água na região justifica inteiramente a decisão", defendeu o ministro ao discursar na Fortaleza de Sagres.

OBRAS DA BARRAGEM DE ODELOUCA VÃO RECOMEÇAR

As obras da Barragem de Odelouca, "exemplares" no que respeita à protecção do meio ambiente, no Barlavento Algarvio, deverão recomeçar ainda este ano e concurso público deverá abrir imediatamente, esperando-se que o vencedor venha a ser conhecido a 18 de Julho. A informação foi avançada pelo

titular da pasta do Ambiente, Nunes Correia, durante as assinaturas dos protocolos que permitirão o avanço da infra-estrutura, altura em que o governante deixou claro que "os trabalhos avançarão mesmo que a Comissão Europeia chumbe o projecto com conclusão está prevista para 2009".

QCA - QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

GOVERNO PRIVILEGIA ORDENAMENTO HARMONIOSO DO TERRITÓRIO

O ministro do Ambiente, Nunes Correia, afirmou no dia 8 em Coruche que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), em negociação com Bruxelas, vai ter uma "grande preocupação" com a valorização harmoniosa do território. Nunes Correia falava na cerimónia de assinatura de 30 contratos-programa com 17 municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que prevêem uma comparticipação de 11 milhões de euros da Administração Central em investimentos da ordem dos 50 milhões de euros, que contam com financiamento

comunitário de 20 milhões de euros. Sublinhando a natureza dos investimentos em causa, sobretudo de requalificação de espaços públicos, o ministro frisou que no próximo QCA, que se designará Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), a componente da requalificação urbana das cidades e vilas, bem como das áreas protegidas e das zonas de conservação da natureza, terá uma "grande expressão", visando, "num todo harmonioso", a valorização do território.

Para Nunes Correia, o balanço final do

terceiro QCA, que será substituído pelo QREN em 2007, "deixará uma marca forte no território", realçando a importância dos projectos agora viabilizados numa zona sujeita a forte pressão urbanística, de construção ou mesmo dos movimentos pendulares de populações, como é Lisboa e Vale do Tejo.

Três dos projectos assinados inserem-se no programa Valtejo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), que prevê investimentos de valorização das regiões ribeirinhas do Tejo,

um dos quais, o da requalificação do Rossio de Coruche, é contemplado com um reforço de verba de 850 mil euros.

Os outros dois destinam-se a apoiar a construção do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais com certificação, no âmbito do processo de certificação da Sopa de Pedra, de Almeirim (164 mil euros num investimento total de 821 mil euros), e a terceira fase de infra-estruturação da Zona Industrial de Alpiarça (296 mil euros num investimento total de 1,5 milhões de euros), que tem atraído algumas grandes

empresas internacionais que ali se estão a instalar.

Os outros contratos-programa assinados inserem-se na medida 1.5 — Acções Específicas de Valorização Territorial, do Eixo Prioritário 1, para Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal. Por sua vez, o presidente da Câmara Municipal de Coruche, o socialista Dionísio Mendes, saudou o facto de a vila receber pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974 a visita de um ministro, bem como aceder a verbas do PIDDAC através de um contrato-programa.

REVISTOS SUBSÍDIOS E VENCIMENTOS DA CLASSE POLÍTICA

O Conselho de Ministros de 8 de Junho aprovou o fim das subvenções vitalícias dos deputados e do primeiro-ministro, tendo ainda ficado estabelecida a eliminação dos subsídios de reintegração dos políticos bem como o fim das acumulações de vencimentos para os autarcas.

Este conjunto de medidas esperam agora a sua aprovação pelo Parlamento.

De fora ficam por agora as regalias dos presidentes e deputados regionais da Madeira e dos Açores. A justificação para que tal tenha sucedido, refere o secretário de Estado da Presidência, Jorge Lação, prende-se com o facto de estes políticos se regerem pelo estatuto político administrativo das regiões autónomas. Ainda por regulamentar fica o estatuto do Presidente da República porque, como esclarece Pedro Silva Pereira, Ministro da Presidência do Conselho de ministros, este órgão rege-se por um estatuto especial autónomo.

No âmbito desta proposta ficam abrangidos o primeiro-ministro (José Sócrates será já abrangido por esta medida) os membros do governo, os juizes do Tribunal Constitucional, (que não estejam na carreira da magistratura), os deputados nacionais e do Parlamento Europeu, representantes da República nas regiões autónomas, os governadores civis e autarcas.

No que respeita aos actuais deputados, logo que a lei entre em vigor, o tempo de actividade parlamentar deixa de ser contado para efeito de subvenção vitalícia.

A proposta avança ainda com a extinção do subsídio de reintegração para os titulares de cargos políticos, ou seja, o Governo aplicará a mesma regra que seguiu em relação às subvenções vitalícias. Até aqui era atribuído a cada deputado um mês de vencimento por cada semestre que tivesse completado no Parlamento ou no Executivo, cenário que com a actual lei é radicalmente alterado, deixando de contar o tempo de actividade parlamentar ou governativa, para efeitos de cálculo do subsídio de reintegração.

Quanto aos autarcas, o Conselho de



Ministros aprovou igualmente a regra da impossibilidade de acumularem na íntegra o seu ordenado de gestores municipais com os vencimentos provenientes de funções em empresas municipais, regra que vai obrigar a que os autarcas apenas possam juntar um terço de outras remunerações em empresas municipais ao seu ordenado base. Os actuais ministros Campos e Cunha

e Mário Lino ficarão igualmente impedidos de acumular integralmente vencimentos provenientes das suas funções com uma reforma.

O Conselho de Ministros não deixou de alterar o regime das pensões dos autarcas.

A regra passa a ser a comum: ou seja, por cada ano de trabalho o correspondente para efeitos de aposentação.

Funcionários públicos avaliados até 2006

O Conselho de Ministros aprovou ainda na generalidade uma proposta no sentido de aplicar o actual sistema de avaliação e desempenho da administração pública (aprovado em 2004 pelo anterior Executivo do PSD/CDS-PP) até 2006, sem todavia deixar de referir que pretende reavaliá-lo todo o

sistema de modo a que novas regras e novos métodos possam entrar em vigor já em 2007.

Ainda de acordo com o ministro Pedro Silva Pereira, o Governo pretende que o novo sistema de avaliação ao desempenho dos funcionários e agentes da administração pública possa entrar em vigor em simultâneo com o sistema de carreiras e remunerações da Função Pública.



GOVERNO VAI ALTERAR CÓDIGO DO TRABALHO

O Governo vai alterar alguns pontos do Código do Trabalho, mesmo que não haja acordo com os parceiros sociais, garantiu, no dia 7, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José Vieira da Silva.

"O compromisso do Governo é com o eleitorado", reafirmou Vieira da Silva, referindo-se à promessa eleitoral do PS de revogar alguns dos aspectos mais gravosos do Código do Trabalho, como os relacionados com a contratação colectiva.

"O Governo não vai revogar o Código do Trabalho, mas vai avançar com alterações pontuais", disse o ministro, adiantando que o prazo para a discussão com os parceiros sociais termina no final do mês. Vieira da Silva, que falou à saída da reunião da Concertação Social, salientou, no entanto, que o objectivo do Governo é "trabalhar para uma solução mais construtiva da legislação laboral".

O ministro reagiu assim ao desacordo manifestado pelos parceiros sociais em

relação à proposta de alteração do Código Laboral que o Governo apresentou.

De salientar que os parceiros sociais têm até hoje, dia 15 de Junho para entregar as suas propostas ao Governo, que responderá quatro dias depois.

No dia 24, os parceiros voltam à mesa da Concertação Social, para aquela que deverá ser a última reunião sobre esta matéria, visto o Governo ter afirmado que quer concluir o processo até ao final do mês.

CONTAS PÚBLICAS

REESTRUTURAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Mais de metade do esforço de consolidação orçamental previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento (2005/2009) será feito com base na poupança e nos ganhos de eficiência do Estado, e uma parte menos significativa deste ajustamento será feita pelo lado da receita, onde a maior componente virá do combate à evasão e fraude fiscal.

A informação foi avançada pelo ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, no final da reunião do Conselho de Ministros do passado dia 2 em que foi aprovado o plano financeiro que prevê medidas não só para a sustentabilidade das contas nacionais e da Segurança Social, mas também para a reestruturação da Administração Pública. No caso concreto da Segurança Social, o documento, que estima que o crescimento da economia portuguesa atinja os três por cento no final da actual legislatura, estabelece que quem entrar para a função pública a partir de 2006 ficará vinculado ao regime geral, passando, até 2015, a idade da reforma para os 65 anos quer para os trabalhadores do sector privado, quer para os funcionários públicos.

Em votação final, o Governo aprovou igualmente uma resolução que incumbe os ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade Social de conduzirem o processo de avaliação dos regimes especiais, num processo que visa maior justiça e equidade no sistema. De acordo com o Executivo, estes regimes consagram para determinados grupos de subscritores da Caixa Geral de Aposentações “desvios às regras do estatuto de aposentação, de forma a convergirem para o regime geral”.

Em causa está, sobretudo, a possibilidade dos subscritores da Caixa se aposentarem com menos de 60 anos de idade e de 36 anos serviço efectivo, associando-se a tudo isto, ainda, uma bonificação do tempo exercício de funções.

O Governo pretende agora fazer convergir este regime com o regime geral em tempo de serviço, idade de aposentação, mas também em matéria de pré-reforma e reserva.

A este propósito, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, esclareceu que o tempo de serviço prestado pelos titulares de cargos

políticos antes da entrada em vigor da lei que extingue as subvenções vitalícias será calculado para efeitos de reforma pela legislação antiga.

O governante frisou que a proposta do Executivo socialista para acabar com as subvenções vitalícias não foi discutida na reunião do Conselho de Ministros, mas confirmou que a decisão anunciada por José Sócrates durante o debate mensal do Parlamento será implementada procurando a salvaguarda de “direitos adquiridos”.

Já no domínio da reestruturação da Administração Pública, avançou-se com a uniformização dos subsistemas de saúde – um processo que entrará em vigor a 1 de Outubro próximo –, com uma resolução que aprova a revisão das carreiras e remunerações da função pública e com a proposta governamental relativa ao congelamento das carreiras e suplementos remuneratórios dos trabalhadores do Estado até 31 de Dezembro de 2006.

Ao longo do próximo ano, o Governo prevê ainda fazer a revisão do sistema integrado de avaliação e desempenho dos funcionários públicos.

Mais controlo sobre baixas de educadores e professores

No sector do ensino, o Governo prevê alterar o estatuto das carreiras de educadores de infância e dos professores do básico e do superior, aumentando o controlo sobre as baixas médicas.

Segundo Pedro Silva Pereira, o diploma, que faz parte do plano de consolidação das finanças públicas, será ainda objecto de negociação com os sindicatos do sector e pretende condicionar a possibilidade de redução da componente lectiva de um docente pelo exercício de actividades de coordenação ao nível da escola. Neste contexto, o Executivo quer ainda evitar a possibilidade de acumulação de benefícios horários por força da antiguidade e idade de um determinado professor.

O diploma aprovado em Conselho de Ministros consagra igualmente um conjunto de regras para viabilizar “o reenquadramento funcional do docente dispensado da componente lectiva por motivo de doença, devendo este apresentar-se a uma junta médica de seis



em seis meses para confirmação da dispensa”.

Após 18 meses seguidos ou interpolados de dispensa, o docente terá de comparecer a uma junta médica para verificação da sua incapacidade para o exercício das respectivas e, “caso seja considerado incapaz para o exercício do ensino, mas apto para o desempenho de outras tarefas, é submetido a um processo de reclassificação ou reconversão profissional, por iniciativa do órgão de direcção do estabelecimento de educação”.

Por outro lado, o diploma prevê que os estágios pedagógicos do ramo educacional e das licenciaturas de ensino, quando realizados em estabelecimentos de educação não superior,

passem a ser “não remunerados”, assumindo a forma de “prática pedagógica supervisionada”, pelo que também “não darão lugar à atribuição de uma turma aos alunos estagiários” do ramo educacional e das licenciaturas de ensino.

Preços dos medicamentos vão baixar

Paralelamente, o secretário de Estado da Saúde anunciou que o Governo vai reduzir o preço dos medicamentos em seis por cento, uma baixa que será suportada em partes iguais pela indústria farmacêutica e pelo sector da distribuição (armazenistas e farmácias). Apesar de não terem sido aprovadas pelo

Governo, as medidas serão brevemente alvo de iniciativas legislativas e visam a redução imediata do défice no sector da saúde.

Francisco Ramos anunciou também uma reapreciação da comparticipação acrescida de dez por cento de que beneficiam actualmente os genéricos.

Ainda na área da Saúde, o Executivo PS vai proceder à revisão das tabelas de preços das convenções, reduzindo os custos em áreas em que a tecnologia já teve ganhos de eficiência, e fazer reflectir nelas “efeitos de economia de escala em função da quantidade de produção”, cativando igualmente cinco por cento das verbas afectas aos hospitais, excepto aquelas que respeitem ao pagamento de salários.



SECA

LINHAS DE CRÉDITO AOS AGRICULTORES JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS

Os agricultores que pretendam recorrer às linhas de crédito disponibilizadas pelo Governo para minorar os efeitos causados pela seca que assola o país podem já recorrer aos balcões do IFADAP. Nestes serviços do Ministério da Agricul-

tura encontram-se também disponíveis os formulários correspondentes aos pedidos que serão efectuados.

O IFADAP já comunicou a disponibilidade para iniciar os procedimentos de acesso às linhas de crédito, às instituições bancárias e

de crédito que operam em território nacional. Recorde-se que a 5 de Maio, o Conselho de Ministros aprovou três linhas de crédito no valor total de 125 milhões de euros que na passada terça-feira foram publicadas no “Diário da República”.

10 DE JUNHO

SÓCRATES E SAMPAIO DEFENDEM REALIZAÇÃO DE REFERENDO EUROPEU

O Governo e a Presidência da República "continuam muito empenhados em fazer o referendo ao Tratado europeu". A garantia foi dada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em Guimarães, no passado dia 10 de Junho.

"A posição do Presidente, que coincide com a do Governo, sempre foi a de que é necessário perguntar aos portugueses o que pensam da Europa, de modo a afirmar o caminho de desenvolvimento de Portugal no projecto europeu", reafirmou Sócrates no final da sessão solene do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, ocasião que Jorge Sampaio aproveitou para defender "um debate sereno" sobre o Tratado Constitucional na sociedade portuguesa. José Sócrates vincou reiteradamente a determinação do Governo em fazer uma consulta pública sobre esta matéria, sublinhando que "não se pode permitir que apenas alguns países se pronunciem sobre o Tratado Constitucional".

Ao destacar a crucialidade de um pronunciamento de todos os Estados-membros nesta matéria essencial, o primeiro-ministro manifestou o seu desacordo "com a visão de que só interessa conhecer a opinião da França, da Holanda ou da Alemanha".

A propósito do próximo Conselho Europeu, José Sócrates argumentou que

os 25 países da União devem reflectir sobre os nãos da França e da Holanda, frisando, porém, que "uma decisão sobre o rumo a tomar só deve ser tomada depois de todos os povos, e entre eles o português, se terem pronunciado".

Exprimindo a sua concordância com o apelo feito por Jorge Sampaio a todos os portugueses para que se unam na superação das dificuldades, Sócrates disse que "o problema do país não é estritamente financeiro, é essencialmente económico".

"Se não resolvêssemos o défice orçamental criaríamos mais problemas à economia, que poderia entrar em recessão, o que seria insuportável para as empresas e para as famílias", explicou. Neste sentido, o chefe de Estado lamentou que questões de conjuntura política interna, medos, ressentimentos nacionais e querelas partidárias estejam a "dominar o debate e orientar opções", quando "deveriam ser irrelevantes para uma discussão coerente acerca do futuro da Europa".

Jorge Sampaio caracterizou o momento actual como "um tempo de incerteza e de pessimismo, em Portugal e na Europa", mas realçou que "o pessimismo é mau conselheiro".

Sobre a situação económica do país, Sampaio disse que os portugueses foram



"surpreendidos por um breve momento de cansaço ou de desatenção", mas agora têm de "recuperar forças e voltar a ousar", para descobrir, novamente, o sentido profundo do seu sentido colectivo.

"Temos de enfrentar os problemas e agir profundamente e sem demora", defendeu, ao descrever as medidas para combater o défice do Estado como "indispensáveis".

Assim, para o Presidente, "é possível

aumentar a carga fiscal e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa", sendo contudo indispensável reduzir a despesa, tarefa na qual o Estado deverá dar o exemplo aos cidadãos.

20º ANIVERSÁRIO DA ADESAO À CEE

PRIMEIRO-MINISTRO QUER QUE PORTUGUESES SEJAM CHAMADOS A PRONUNCIAR-SE

O primeiro-ministro, José Sócrates, reafirmou a necessidade de Portugal referendar o Tratado Constitucional Europeu, considerando que seria "absolutamente incompreensível" que, mais uma vez, os portugueses não fossem chamados a pronunciar-se.

Discursando no passado domingo na cerimónia comemorativa do 20º aniversário da adesão de Portugal à então CEE, no Mosteiro dos Jerónimos, Sócrates defendeu que o processo de ratificação do Tratado deve continuar e ser concluído em todos os Estados-membros.

"A opinião de todos os povos europeus deve ser conhecida, por forma a que, no balanço que se venha a fazer do processo de ratificação a vontade de todos possa ser considerada", disse.

Sócrates sublinhou que o que está em causa com o debate sobre o Tratado Constitucional é a escolha entre dois compromissos.

"Trata-se de escolher entre um compromisso europeu apenas económico e comercial ou um verdadeiro compromisso de verdadeira integração política e social, à altura dos desafios que o mundo

global coloca hoje à Europa", acrescentou. Sobre as dificuldades que atravessa a Europa, o primeiro-ministro considerou que é justamente nestes momentos que se afigura "indispensável afirmar que o projecto europeu continua a ser o projecto político mais importante e decisivo dos nossos dias".

E sublinhou que "se há valor de sempre que é preciso preservar nesta altura é o valor da coesão social, o valor da solidariedade, que foi sempre um dos valores mais importantes no modelo de desenvolvimento europeu".

Quanto aos 20 anos de integração europeia, Sócrates afirmou que "Portugal soube estar à altura do desafio".

Num curto discurso, também o Presidente da República, Jorge Sampaio, se referiu "ao sentimento de crise que parece alargar-se na Europa, suscitando incompreensíveis júbilos com vista à desistência ou incorrectas simplificações desligadas da prática quotidiana da União".

"Decerto que são legítimas algumas das dúvidas e críticas ao projecto integrador, mas importará medir este em toda a sua inteireza, na sua notável construção



jurídico-diplomática, evitando condenações sumárias e apressados obituários", disse Jorge Sampaio.

Recordando "o importante passo" já dado por Espanha ao ratificar o Tratado Constitucional Europeu, o Presidente da República manifestou-se convicto que, quando esse momento chegar em Portugal, o país estará "à altura das suas responsabilidades, reafirmando a sua

vontade de não se desviar da rota de unidade europeia".

Igualmente convicto da vitória do "sim" em Portugal manifestou-se Mário Soares, que assinou o Tratado de Adesão de Portugal há 20 anos, na qualidade de primeiro-ministro.

"Não duvido que Portugal irá dizer sim no referendo em Outubro", sublinhou Mário Soares.

Quanto à "crise" resultante da vitória do "não" em França e na Holanda, Mário Soares apelou à calma, considerando ser necessário aguardar "com alguma confiança, mas sem ilusões", o resultado do próximo Conselho Europeu.

"Aguardemos com calma os resultados do Conselho", referiu, adiantando que a renegociação do Tratado poderá ser "uma forma para ultrapassar o impasse criado" com a vitória do "não" em França e na Holanda.

Outra das personalidades que reviveram o passado nos claustros dos Jerónimos foi Felipe González, que chefiava o Governo espanhol quando Portugal e Espanha aderiram à CEE.

Sobre "a crise séria" que a Europa vive actualmente, afirmou que "temos um terramoto e temos de o enfrentar", defendendo neste contexto a necessidade de a Europa "unir esforços para ser relevante no mundo".

Salientando que "a Europa tem de recuperar o seu encanto para ter o seu espaço no mundo", Felipe González defendeu a aposta na "política externa e na segurança comum" e a necessidade de "competir pela capacidade de inovar".

RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

RELANÇADO O COMBATE À POBREZA

O PS, no Governo como na oposição, "não desiste do cumprimento do projecto de construção de um Portugal mais coeso e solidário, relançando o combate à pobreza como uma das prioridades da agenda política", sublinhou a deputada do PS Isabel Santos, no dia três no debate no Parlamento.

A deputada socialista falava durante o debate da proposta do Governo que repõe os princípios do Rendimento Mínimo Garantido do Governo de António Guterres, "a mais emblemática das medidas de combate à pobreza e às formas de exclusão dela decorrentes", conforme fez questão de salientar.

Para o PS, hoje, como no passado, "há mais vida para lá do défice", frisou Isabel Santos, manifestando, por isso, "particular apreço" pela proposta de alteração ao Rendimento Social de Inserção (RSI), que disse ser "reveladora da preocupação de ajustamento desta prestação à realidade social, sem perder de vista o rigor da sua aplicação".

Sublinhando que há questões relacionadas com o RSI que "exigem uma intervenção urgente", a deputada socialista saudou a preocupação patente na proposta governamental de "reposição dos princípios da solidariedade, igualdade e justiça social, assumindo-se esta prestação de combate à pobreza extrema como um direito de cidadania, ao garantir a todos os cidadãos em situação de carência económica grave o acesso a recursos pecuniários para satisfação de necessidades mínimas, em condições de dignidade".

Entre as alterações agora introduzidas pelo Executivo socialista ao RSI, Isabel Santos destacou a fórmula de cálculo para aceder a esta prestação, que deixa de ter como referência os rendimentos auferidos pelo agregado familiar ao longo do último ano, passando a ter em conta o último mês ou a média dos últimos três meses.

"Não é concebível que um cidadão em



situação de carência económica tenha que permanecer nesse estado meses a fio, ou mesmo um ano, para poder reunir condições de acesso ao Rendimento Social de Inserção", afirmou, considerando que a nova fórmula de cálculo, para aferição da carência económica, "garante uma maior capacidade de intervenção e uma maior adequação da prestação".

A eliminação da possibilidade de 50 por cento da prestação ser paga em vales sociais foi também saudada pela deputada socialista, porque, sublinhou, extingue-se "uma marca intolerável, porque estigmatizante, para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção".

Outra questão importante, segundo referiu Isabel Santos, prende-se com "a retirada das marcas discriminatórias que a legislação em vigor contém, em relação aos jovens entre os 18 e os 30 anos, generalizando-se a exigência de inscrição nos centros de emprego a todos aqueles que estejam desempregados e reúnam condições para o trabalho".

Trata-se, adiantou, de "um aspecto de maior exigência, que reforça o sentido da prestação como algo que se quer

transitório e instrumento para a construção de um projecto de mobilidade social".

A deputada socialista congratulou-se ainda com a reintrodução do princípio da renovação automática da prestação no final dos 12 meses de duração, porque, sublinhou, "reduz a burocracia e as dificuldades com que uma população, muitas vezes com fraca formação escolar e uma ainda deficitária consciência dos seus direitos se vê a braços, por força do disposto na lei em vigor".

Para Isabel Santos, da proposta de alteração ao Rendimento Social de Inserção apresentada pelo Governo "resulta o inequívoco reforço desta medida, retomando a abrangência das garantias consagradas pelo Rendimento Mínimo Garantido, que alguém classificou 'o prelúdio de um novo pacto social'".

E sublinhou, a concluir a sua intervenção, que para aqueles que auguravam um "retrocesso" nas políticas sociais, esta proposta constitui "um sinal claro" de que o PS e o Governo "não recuarão no cumprimento dos objectivos traçados no seu programa".

J. C. CASTELO BRANCO

Pelourinho da República



"Não é interesseiro, não liga ao dinheiro e só se preocupa com o bem-estar e a felicidade dos outros"

Ilda Guterres (sobre as qualidades do filho, António)
"24 Horas", 30/5/05

"Olha, mãe, sempre tenho o lugar que eu tanto desejava"

Idem (contando como o filho lhe deu a notícia da nomeação para a ONU)
ibidem

"Faço um apelo ao espírito patriótico e ao sentido de responsabilidade das associações sindicais e patronais"

Jorge Sampaio
Carta ao Conselho Permanente de Concertação Social 30/5/05

"Esta vez não são os mesmos a pagar"

José Sócrates (à saída da reunião da Comissão Permanente de Concertação Social)
SIC-Notícias, 31/5/05

"Eu vou receber aquilo a que tenho direito (...). Há aqui uns bastardos da comunicação social do Continente, digo bastardos para não dizer filhos da puta, que aproveitaram este ensejo para desabafar o ódio sobre a minha pessoa"

Alberto João Jardim
"Público", 5/6/05

"A Assembleia Legislativa da Madeira congratula-se com o modo, mais uma vez firme, como o presidente do Governo Regional denunciou comportamentos na comunicação social de Lisboa, os quais atentam contra os direitos, liberdades e garantias dos portugueses"

Voto aprovado pelos deputados do PSD no Parlamento da Madeira
9/6/05

"É chegada a hora de o sector financeiro, a banca e as companhias de seguros darem um contributo maior. É fundamental para que o País perceba que chegou a hora para todos"

Jorge Coelho
"DN", 6/6/05

"A banca, regra geral, não foge aos impostos (...). O problema é que os regimes jurídicos que se (lhe) aplicam ou são laxistas ou estão de tal maneira mal definidos que permitem à banca aproveitar-se desses buracos. O que é preciso é tapar os buracos da lei"

João Cravinho
"DN", 7/6/05

"A posição de Portugal é fazer o referendo"

José Sócrates
Lusa, 7/6/05

SUSANA AMADOR QUESTIONA GOVERNO SOBRE POLÍTICA DE TRANSPORTES PARA A ÁREA URBANA DE LISBOA

A supressão e reestruturação de carreiras de operadores de transportes colectivos de passageiros em Odivelas, causando "enormes transtornos" à população, levou a deputada do PS Susana Amador a dirigir um requerimento ao ministro dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações.

No documento, a parlamentar socialista questiona o Governo sobre "qual a estratégia futura em termos de política de transportes para a área urbana de Lisboa" e ainda "qual a avaliação e impacto resultante da reestruturação anunciada pela Comunicação Social nas carreiras da Carris que servem o município de Odivelas".

Susana Amador refere no requerimento



que a vinda do Metro para Odivelas tem implicado "uma diminuição da oferta de carreiras que fazem a ligação deste concelho à capital".

Ora, defende a deputada socialista, a chegada do Metro "não pode nem deve significar uma redução das carreiras existentes" da Carris, com "repercussões muito negativas nos seus utentes".

Segundo Susana Amador, "com a retirada da carreira 101 da Carris e com um enorme conjunto de alterações de percursos e paragens, de terminos e de horários das carreiras rodoviárias, praticamente em todas as freguesias, os moradores de muitas zonas do concelho ficaram pior servidos no que respeita ao transporte rodoviário".

OS SUSPEITOS DO COSTUME?

Está provado cientificamente que este aumento tem efeitos menos negativos sobre a procura interna do que uma redução drástica da despesa pública, sobretudo num país em que as actividades económicas do sector privado não conseguem resistir à concorrência estrangeira, apesar de terem beneficiado durante anos a fio de generosos fundos comunitários para se reestruturarem

As medidas anunciadas pelo Governo do Partido Socialista têm despertado muita polémica e desencadeado uma grande reacção sindical em nome da protecção de direitos adquiridos. As medidas anunciadas não podem, porém, ser objecto de aceitação incondicional, nem de rejeição incondicional. Pelo contrário, devem ser avaliadas criticamente. Tendo em conta o estado em que a coligação do PSD/PP deixou o país e a rigidez do Pacto de Estabilidade que inaugurou a entrada em vigor da moeda única, o país não possui outra alternativa senão reduzir o défice que o anterior Governo, apesar das receitas extraordinárias, deixou derrapar para quase 7 por cento do PIB.

Mas o reconhecimento da gravidade da situação não implica que se faça da resignação perante o que se considera inevitável uma espécie de virtude cardinal. Assim, é correcta, em termos gerais, a opção do Governo relativamente ao aumento dos impostos, desmentindo os que sempre apostaram numa redução drástica das despesas públicas e que, agora, numa manobra de puro oportunismo político, se arvoram em defensores dos funcionários públicos. De facto, está provado cientificamente que este aumento tem efeitos menos negativos sobre a procura interna do que uma redução drástica da despesa pública, sobretudo num país em que as actividades económicas do sector privado não conseguem resistir à concorrência estrangeira, apesar de terem beneficiado durante anos a fio de generosos fundos comunitários para se reestruturarem.

O problema está não tanto no aumento dos impostos, mas na redistribuição da carga fiscal. E neste sentido, embora se aprove a decisão do Governo em aplicar um novo escalão de 42 por cento aos contribuintes que auferem mais de 60.000 euros de rendimento por ano, não se pode concordar com o agravamento da taxa máxima do IVA de 19 para 21 por cento. Mais do que retirar competitividade à economia portuguesa, este agravamento vai contribuir para aprofundar a iniquidade do sistema fiscal português em que os impostos indirectos vêm o seu peso aumentar ainda mais nas receitas do Estado. Seria mais corajoso, embora talvez menos popular, colocar a tónica na actualização dos escalões do IRS, sobretudo relativamente aos contribuintes de maiores rendimentos, no reforço da fiscalização das empresas que declaram lucros negativos e no aprofundamento do combate à fraude e à evasão fiscais. Poder-se-á dizer que estas medidas não serão por si só suficientes para reduzir o défice em 4 pontos percentuais. No entanto, tal contribuiria para uma maior justiça fiscal que seguramente acabaria por dar os seus frutos no futuro.

Um segundo conjunto de medidas visa equiparar os regimes de protecção social e das reformas da Função Pública aos que vigoram no sector privado. Não existem dúvidas que na Europa actual é esta a tendência predominante, como foi recentemente provado pela reforma do regime da segurança social francesa. O que, no entanto, se torna difícil de aceitar é o discurso propagandista que transforma os funcionários públicos em parasitas do sistema, num país que, vinte anos após a adesão à União Europeia, tem como principal indústria a construção civil, vê desaparecer uma a uma as suas tradicionais indústrias de exportação e não conseguiu melhorar significativamente a qualificação e formação da sua força de trabalho. Certamente que alguns corpos especiais da função pública desfrutam de prerrogativas que, actualmente, tendo em conta a anemia do crescimento económico, são insustentáveis. Porém, avaliar todos os funcionários do Estado pela mesma bitola, ou seja, tratar os desiguais de modo igual apenas acabará por prejudicar, em última instância, os mais carenciados. Apenas através de um processo criterioso de ponderação se poderá evitar o agravamento das injustiças sociais. E isso, infelizmente, não está ainda a ser feito. Mas poderá vir a sê-lo no futuro.



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

OPINIÃO

GUTERRES DEIXA PRESIDÊNCIA DA INTERNACIONAL SOCIALISTA



Antes de assumir o alto cargo de comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), António Guterres vai deixar a presidência da Internacional Socialista (IS).

O ex-primeiro-ministro dirigiu pela última vez dia 13, em Madrid, uma reunião do Presidium da IS, o órgão máximo directivo da organização.

Hoje, dia 15, em Genebra, já livre das funções de presidente da IS, António Guterres tomará posse como ACNUR, para

o qual foi nomeado no final de Maio por proposta do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

O Presidium de Madrid destina-se a agendar a reunião do Conselho da IS que deverá marcar o próximo congresso da organização, previsto para o final deste ano, em que será escolhido o sucessor de António Guterres na presidência. Nesse congresso, o actual secretário-geral do PS e primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, deverá ascender

a uma das vice-presidências da IS.

Entretanto, recorde-se que a nível interno do PS, com a nomeação de Luís Amado para ministro da Defesa Nacional, o cargo de secretário nacional do partido para as Relações Internacionais passou a ser desempenhado por José Lello.

Na qualidade de secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, José Lello vai participar na reunião do Conselho do Partido Socialista Europeu, dias 24 e 25 de Junho, em Viena, na Áustria.

PSE DEBATE EM VIENA PRIORIDADES PARA A AGENDA EUROPEIA EM 2006

As prioridades do Partido Socialista Europeu (PSE) para a agenda europeia em 2006, a questão dos referendos ao tratado constitucional e o futuro da Europa e a reforma do PSE, são alguns dos temas que estarão em debate no próximo Conselho do Partido Socialista Europeu, que se realiza em Viena, nos próximos dias 24 e 25 de Junho e que contará com a presença do secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello.

A questão dos referendos e o futuro da Europa, na sequência do "não" em França e na Holanda, será um dos temas a concentrar a atenção dos participantes da reunião, bem como a adopção das prioridades do PSE para a agenda europeia em 2006.

Neste domínio particular, depois de terem sido eliminadas algumas dezenas de propostas que tinham sido avançadas nos últimos meses, o PSE reteve apenas cinco prioridades para a sua acção política: "Uma estratégia europeia de crescimento e de investimento para criar mais empregos e de melhor qualidade", "Duplicar o objectivo da utilização de energias renováveis até 2020", "Rever a legislação antidiscriminação no local de trabalho", "Pedir à Comissão uma proposta para uma Carta dos Serviços de Interesse Geral" e "Identificar e apresentar soluções para ultrapassar os



obstáculos à coesão económica e social na União Europeia". Referência ainda para os debates políticos que se realizarão no último dia do Conselho sobre uma nova estratégia para o crescimento e investimento na

Europa e os desafios das alterações demográficas.

A reforma do PSE e a apresentação da sua nova identidade visual serão outras questões em destaque no Conselho de Viena.

O PS PERGUNTA

REQUERIMENTOS MAIS RECENTES

- Sobre a recuperação e correcção do traçado do IC2, deputados Ódete João, Osvaldo Castro, Carlos Lopes e Isabel Vigia
- Sobre a substituição do Hino Nacional por publicidade comercial na transmissão televisiva do jogo Estónia-Portugal, deputado Manuel Alegre
- Sobre as Instalações da Secretaria de Estado da Juventude em Braga, Deputados Nuno Sá - Miguel Laranjeiro - Manuel Mota
- Sobre funcionamento da linha do Douro de Campanhã a Mosteiro - deputado Agostinho Gonçalves
- Sobre energia solar, sinónimo de qualidade ambiental e competitividade para o Algarve. Desafio presente ou adiado? Deputada Jovita Ladeira
- Sobre a supressão e reestruturação de carreiras de operadores de Transportes Colectivos de passageiros em Odivelas. Deputada Susana Amador
- Sobre o INATEL - Quinta da Torre Balneário Terminal de Entre-os-Rios, deputado Agostinho Gonçalves

INICIATIVAS

O PS PROPÕE

- Altera o Código do Registo Civil e revoga o Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro. (um Projecto-Lei que visa melhorar o regime jurídico do registo de nascimento integrando procedimentos que garantam a veracidade das declarações de nascimento, e viabilizem uma base de dados que permita ter o controlo do número de nascimentos ocorridos nas unidades de saúde nacionais, possibilitando simultaneamente a identificação rápida das situações de risco clínico e social, por forma a permitir a intervenção precoce junto dessas situações. Propõe-se desta forma uma tripla inscrição no registo civil, na segurança social e no sistema de saúde que garantindo o direito à identidade e segurança jurídica das pessoas singulares, procura também satisfazer os princípios da simplificação e da desburocratização.)
- Projecto de Resolução sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005/2009



ESTADO DA NAÇÃO VAI A DEBATE NO PARLAMENTO A 7 DE JULHO

O debate no Parlamento com o Governo sobre o Estado da Nação, que tradicionalmente encerra a sessão legislativa, foi marcado para 7 de Julho, mas os deputados terão ainda algumas reuniões na segunda quinzena de Julho. No dia anterior, a 6 de Julho, será debatido na Assembleia a proposta de orçamento rectificativo. Para 22 de Junho, antes da discussão já prevista sobre o processo de revisão constitucional em curso, com vista à realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional europeu, foi também agendado um debate de urgência sobre os resultados do Conselho Europeu que se realiza quinta e sexta-feira, em Bruxelas.

Neste Conselho Europeu, o futuro do Tratado Constitucional deverá estar no centro da discussão, depois de França e Holanda terem rejeitado o documento em referendo.

JORNADAS GRUPO PARLAMENTAR DO PS
DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES

17 E 18 JUNHO - HOTEL EVA - FARO

PROGRAMA

DIA 17 (Sexta-feira)**9H00**

Concentração no Hotel

9H15

Partida para as visitas Temáticas

9H30

Visitas Temáticas (Aberto à Comunicação Social)

Grupo 1 - Cultura e Ambiente

Grupo 2 - Turismo e Saúde

Grupo 3 - Pescas e Mar

12H30

Almoço, nos locais visitados

15h00

Sessão de Abertura das Jornadas Parlamentares

- Intervenção do Presidente da Direcção do GPPS,

Alberto Martins (Aberto à Comunicação Social)

15H15

Intervenção do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva

15H30

Debate

17H00

Coffee/Tea - break

17h30

Intervenção do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva

17h50

Debate

20h00

Fim dos trabalhos do 1º Dia (Briefing com

Comunicação Social)

20h30

Jantar de Grupo na Escola de Hotelaria (Aberto à Com. Social)

DIA 18 (Sábado)**9h00**

Concentração no Hotel

9H30

Saída para Faro

10H00

Recomeço dos Trabalhos com Ministro das Finanças, Luís Campos Cunha

10h45

Debate

11H30

Cofee / Tea - break

12h00

Sessão de Encerramento das Jornadas (Aberto à Comunicação Social)

Intervenções:

- Presidente da Direcção do GP/PS, Alberto Martins

- Secretário-Geral do PS, e Primeiro-Ministro, José Sócrates

13h30

Almoço livre

15h30

Regresso a Lisboa

Mais informações em
www.ps.pt ou
www.ps.parlamento.pt

NOTA FINAL

Volvidos pouco mais de 30 anos depois das primeiras eleições livres em Portugal, segundo um estudo divulgado na passada segunda-feira em Bruxelas e citado em Portugal pela Agência Lusa, os portugueses são, entre os cidadãos dos 25 Estados-membros da União Europeia, os que menos se interessam por política.



JORGE SEGURO SANCHES

jseguro@ps.pt

Segundo o mesmo estudo do Eurobarómetro dedicado a "Valores Sociais, Ciência e Tecnologia", e encomendado pela Comissão Europeia, 45 por cento dos inquiridos assumem o seu "distanciamento" em relação à política, com apenas 53 por cento dos inquiridos a afirmarem-se interessados na actualidade política, assumindo-se igualmente os portugueses como dos mais infelizes com a vida que levam — numa questão sobre se os cidadãos estão satisfeitos com o rumo da sua vida, Portugal apresenta uma "taxa de satisfação" de 72 por cento, a mais baixa da Europa a "15".

A recolha de dados, efectuada em Portugal, junto de mais de mil pessoas, entre 10 de Janeiro e 5 de Fevereiro deste ano (e portanto antes das eleições legislativas que deram a vitória ao PS), constitui um sinal de que algo de grave sucedeu na vida política portuguesa.

Em Lisboa, quatro anos depois da vitória do PSD e de Pedro Santana Lopes na Câmara Municipal, os lisboetas e muitos portugueses interrogam-se sobre quais as obras, os projectos e as iniciativas que a maior autarquia do país conseguiu pôr de pé durante um confuso mandato de quatro anos. Esquecendo uma exemplar gestão do marketing e da imagem, associada a repentinos e isolados anúncios, poucos serão capazes de apontar a esta gestão da Câmara de Lisboa, uma realização que justifique os milhões de euros públicos que durante quatro anos a autarquia gastou aos lisboetas.

É neste contexto que a candidatura do PS e de Manuel Maria Carrilho à autarquia lisboeta configura uma grande responsabilidade e um grande desafio para o PS e para os Socialistas.

Responsabilidade na concepção e apresentação de um programa coerente e exequível mas, acima de tudo, responsabilidade na demonstração de que os lisboetas podem e devem reaproximar-se dos seus representantes e da política da sua cidade. Desafio na demonstração, perante todos os portugueses, e em especial perante os lisboetas, de que a política e a vida pública pertencem aos próprios cidadãos e de que nos políticos há também que separar o trigo do joio.

JOÃO CRAVINHO ACUSA

GOVERNO ANTERIOR ESCONDEU OS NÚMEROS DO DÉFICE PÚBLICO

Em conferência de Imprensa realizada na sede nacional do PS, o deputado João Cravinho acusou o anterior Governo do PSD/CDS-PP de ter mentido aos portugueses sonhando o verdadeiro estado em que se encontram as contas públicas.

Para aquele responsável socialista esta acção, inédita desde que a democracia foi restaurada em Portugal há tnta anos, traduz-se de imediato numa "flagrante falsificação da verdade", facto que está a acarretar desde já problemas à necessária consolidação das contas do Estado. Segundo João Cravinho, foram sonhadas propositalmente informações que eram devidas ao país, induzindo deliberadamente em erro não só os actuais responsáveis políticos como a população.

O deputado e dirigente do PS não deixou de basear a sua intervenção na notícia que dias antes fez manchetes no "Diário de Notícias", segundo a qual o anterior ministro das Finanças, Bagão Félix, teria apresentado no Conselho de Ministros de 13 de Agosto de 2004 um documento que apontava o défice das contas públicas para percentagens na ordem dos 6,4 por cento.

Como se referia ainda na notícia daquele matutino, o governo teria então decidido não divulgar o valor real do défice tendo resolvido manter a informação de um



défice de 2,9 por cento, sustentando este número nas receitas extraordinárias.

Para João Cravinho, este cenário mais não revela do que uma flagrante falsificação da verdade considerando-a mesmo um atentado aos princípios da responsabilidade democrática a que todos os governos devem estar sujeitos.

De forma a evitar que situações como esta

se repitam, João Cravinho adiantou que o grupo parlamentar do PS em articulação com o actual Governo, está a desenvolver um projecto de revisão da lei de Enquadramento do Orçamento de Estado, proposta que prevê, como adiantou, que futuramente as propostas orçamentais, quer as oriundas do Executivo quer as elaboradas no âmbito dos diversos grupos parlamentares, devam ser submetidas a auditorias "técnicas credíveis" de modo a que possam ser devidamente quantificáveis.

Defendido foi igualmente que os agregados orçamentais e o défice passem a ser examinados por peritos independentes, à luz dos princípios que a Lei de Enquadramento de Orçamento de Estado consagra, dando posteriormente testemunho público "da boa observância das práticas orçamentais".

Outra medida defendida por João Cravinho nesta conferência de imprensa, tendo em vista reforçar a qualidade das informações sobre as contas públicas, prende-se com a necessidade, como sublinhou, da Assembleia da República poder passar a acompanhar a execução orçamental através de um grupo de apoio técnico qualificado, facto que permitiria, como sublinhou, "uma análise atempada e tecnicamente correcta da execução orçamental".

INDICADOR DE CONFIANÇA

CONSUMIDORES

O maior grau de optimismo dos consumidores dos últimos três anos foi atingido em Maio.

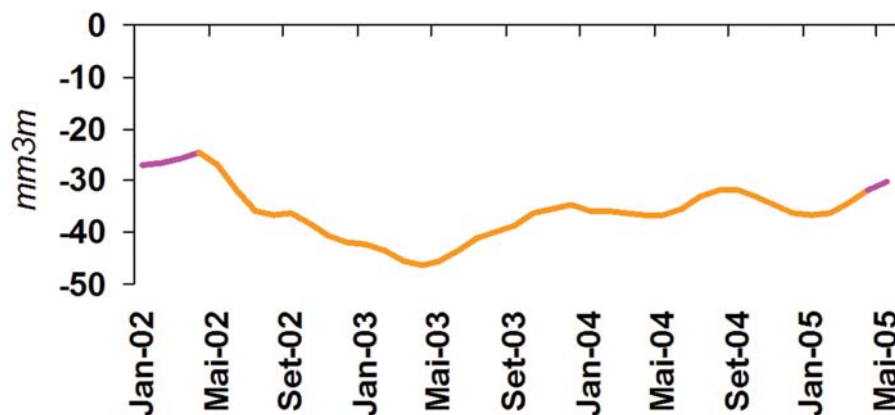
Este Indicador avalia as expectativas dos consumidores relativamente à evolução

da situação económica do país, da evolução do desemprego, dos preços, das perspectivas do agregado familiar quanto à sua situação económica, ao endividamento e à realização de

poupança, entre outras.

Trata-se, aliás, de um dado fundamental na análise da conjuntura e que no caso revela já o relançamento da nossa economia.

MARINA DUTRA



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvano Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt / accao